



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,  
DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE  
ESCOLAR (ESCOLA QUE PROTEGE)**

**MOISÉS SANTOS DE MENEZES**

**RAQUEL DE MENEZES SANTOS**

**HOMOFOBIA NA ESCOLA: AS INTERFACES DO PRECONCEITO E DA  
DISCRIMINAÇÃO COM A DIVERSIDADE SEXUAL**

**São Domingos – Sergipe  
Outubro de 2015**

**MOISÉS SANTOS DE MENEZES  
RAQUEL DE MENEZES SANTOS**

**HOMOFOBIA NA ESCOLA: AS INTERFACES DO PRECONCEITO E DA  
DISCRIMINAÇÃO COM A DIVERSIDADE SEXUAL**

**Trabalho de conclusão de curso apresentado em forma de Plano de Intervenção em cumprimento a uma das exigências para obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).**

**Eixo temático: Relação família/escola e sexualidade na adolescência.**

**Professora Orientadora: Mestra Anabela Maurício de Santana.**

**São Domingos – Sergipe  
Outubro de 2015**

#### FICHA CATALOGRÁFICA

MENEZES, Moisés Santos de; SANTOS, Raquel de Menezes 2015

Homofobia na escola: as interfaces do preconceito e da discriminação com a diversidade sexual/ Moisés Santos de Menezes, Raquel de Menezes Santos. – 2015. 63 f.: 30 cm.

Orientador: Prof<sup>ª</sup>. Ms. Anabela Maurício de Santana.

Plano de Intervenção / Monografia (lato sensu) – Universidade Federal de Sergipe / Centro Superior de Educação a Distância. Eixo temático: Relação família/escola e sexualidade na adolescência, 2015.

1. Escola. 2. Homofobia. 3. Homossexualidade I. Anabela Maurício de Santana. II. Homofobia na escola: as interfaces do preconceito e da discriminação com a diversidade sexual.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO,  
DIVERSIDADE E INCLUSÃO  
PRÓ-REITORIA DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA  
SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO CESAD  
REDE DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA  
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS INFANTO-JUVENIS NO AMBIENTE  
ESCOLAR (ESCOLA QUE PROTEGE)**

**COMISSÃO JULGADORA**

**Plano de Intervenção dos docentes: Moisés Santos de Menezes e Raquel de Menezes Santos, intitulado Homofobia na Escola: as interfaces do preconceito e da discriminação com a diversidade sexual, defendido e aprovado em 26 de outubro de 2015 pela banca examinadora composta pelos seguintes professores:**

---

**Profª Msc. Anabela Maurício de Santana  
Presidente**

---

**Profª Dra. Adriane Álvaro Damascena  
Membro Titular**

---

**Profª Dra. Denise Leal Fontes  
Membro Titular**

## **AGRADECIMENTOS**

A todos aqueles que, de forma direta ou indireta, sempre confiaram e contribuíram para que esse e diversos outros sonhos se tornassem reais e possíveis em minha vida. A minha mãe, que na simplicidade de seu viver sempre esteve presente cuidando e demonstrando carinho e amor.

Aos mestres, que encontrei na vida, pessoas que me ensinaram além da sabedoria dos livros, com suas experiências e conselhos, e que contribuíram academicamente, profissionalmente e, além disto, em todo o meu processo de construção pessoal e social.

Aos anjos que chamo de amigos, esses seres tão humanos e divinos ao mesmo tempo, pessoas que nunca mediram esforços para arrancar um sorriso de meus lábios e enxugar uma lágrima dos meus olhos, esses que aqui na terra chamam-se: Ana Paula Leite, Andrey Lemos, Catiane Lopes, Catiele Silva, Elisandra Nascimento, Fernanda Alves, Joice Poliana, Marcelo Oliveira, Maria Souza, Richardson Gomes, Sonia Santos, e diversos outros que se fizeram presentes em algum momento da minha vida, mas que tiveram que voar para cumprir suas missões em outros lugares.

A toda equipe de tutores, orientadores, coordenação e amigos de turma do Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege), especialmente aos companheiros e colegas do Polo de São Domingos (sem deixar de citar a tutora Debora que se destacou neste processo por todo seu carinho e amizade). Valeu por todas as batalhas e desafios vencidos juntos neste processo de formação e capacitação profissional!

Muito obrigado a todos, por fazerem parte da minha história. Seria impossível a concretização deste trabalho sem o balançar de suas asas me trazendo forças e motivação para persistir. Eternamente grato!

Moisés Santos de Menezes

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus que me deu a divina força para concluir mais um trabalho. Por me proteger, iluminar meu caminho e me dar forças para levantar quando a vida me fez tropeçar e a cada obstáculo vencido durante a trajetória do curso. Muitas vezes encontrei dificuldades, passei por alguns momentos difíceis quando pensei em desistir, mas, ao meu lado, estiveram pessoas que acreditaram e acreditam em meu potencial e hoje me encontro aqui, concluindo mais essa etapa em minha vida!

Agradecimento Especial a minha mãe Josefa Irene e a meu esposo Gean, por terem me incentivado em todos os momentos, dando-me forças para vencer e conquistar mais essa grande vitória. Obrigada de Coração.

Agrdecida ao meu colega Humberto Ferreira que foi meu incentivador a fazer a inscrição do curso e por ter sido ele a pessoa a me inscrever para a seleção e concorrência à vaga. Ao meu primo, parceiro, colega de turma e dupla do trabalho. Por toda compreensão, ajuda e parceria. Agradeço-lhe imensamente. Devo também essa conquista a você, Moisés.

Enfim, à coordenação do Centro de Educação Superior à Distância (CESAD) da Universidade Federal de Sergipe, todo corpo docente e em especial à tutora Débora Rodrigues do polo de São Domingos e à professora orientadora de pesquisa Anabela Maurício de Santana, pela disponibilidade e apoio em todos os momentos em que precisei. Obrigada!

Raquel de Menezes Santos

## RESUMO

A escola é um ambiente mistificado, onde existe uma diversidade de sujeitos com pensamentos, conceitos, formas de comportamentos e perfis diversos. A diversidade sexual na escola ainda se apresenta como um desafio para todos os sujeitos que fazem parte deste contexto. Muitos debates e questionamentos relacionados ao respeito às formas de sexualidade que diferem dos padrões heterossexuais no ambiente escolar ainda são invisibilizados, o que se constitui um problema para muitos docentes e discentes que não possuem conhecimentos e informações básicas e necessárias para trabalhar com essas demandas, além do preconceito manifesto ou sutil encontrados nestes sujeitos que acabam ignorando tal realidade, não abrindo espaços para se abordar a homofobia como um problema que está diretamente presente em toda sociedade, inclusive na escola. O preconceito e a discriminação contra as lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, na escola é um fenômeno bastante presente na contemporaneidade. Esta questão provoca inúmeras consequências para a vida da população LGBT, a exemplo do abandono escolar, ausência de formação acadêmica e profissional e, conseqüentemente, dificuldades em inserir-se no mercado de trabalho, dentre outros problemas. A proposta de intervenção aqui em destaque visa orientar o corpo docente da Escola Municipal Argentina, localizada no Povoado Açuzinho no município de Lagarto-Sergipe, para trabalhar com as questões do preconceito e discriminação em relação à diversidade sexual na escola. A fim de promover ações voltadas à sensibilização do corpo docente, foi proposto um Plano de Intervenção Educacional que objetiva contribuir para a desconstrução de conceitos e estereótipos negativos dos educadores, na perspectiva de transformá-los em multiplicadores do enfrentamento à homofobia na escola e na sociedade em geral, entendendo que a homofobia é uma questão social que necessita ser enfrentada por todos.

**Palavras-chaves:** Discriminação, Escola, Homofobia, Homossexualidade, Preconceito.

## ABSTRACT

The school is a mystified atmosphere where there is a diversity of subjects with thoughts, concepts, forms of behavior and different profiles. Sexual diversity in school is still a challenge for all subjects that are part of this context. Many debates and questions related to the forms of sexuality that differ from heterosexual patterns in the school environment are still invisible, which is a problem for many teachers and students who lack basic and necessary knowledge and information to work with these demands, besides the obvious or subtle prejudice found in these subjects, who end up ignoring such reality, not opening spaces to address homophobia as a problem that is directly present in the whole society, including at school. Prejudice and discrimination against lesbian, gay, bisexual and transgender (LGBT) in school is a present phenomenon in contemporary world. This question leads to numerous consequences LGBT people's lives, such as school dropout, lack of academic and professional formation, and, consequently, difficulties regarding entering the labor market, among other problems. The intervention proposal highlighted here aims to guide the teachers of Argentina Municipal School, which is located in populated açuzinho county, city of Lagarto – Sergipe, to work with prejudice and discrimination issues regarding sexual diversity in school. In order to promote actions that focus at raising awareness of the teaching staff, an Educational Intervention Plan was proposed, and it aims to contribute to the deconstruction of concepts and negative stereotypes of educators, with the intent to turning them into multipliers of coping homophobia at school and in society in general, leading to the understanding that homophobia is a social issue that needs to be faced by everybody.

**Key words:** Discrimination, School, Homophobia, Homosexuality Prejudice.

## **LISTAS DE FOTOGRAFIAS, IMAGENS E/OU TABELAS**

<b>Tabela 1 Dados Sociodemográficos dos docentes da Escola Municipal Argentina.....</b>	<b>28</b>
<b>Fotografia 01 Entrada da Escola Municipal Argentina.....</b>	<b>62</b>
<b>Fotografia 02 Interior da escola (área de lazer e salas de aula).....</b>	<b>62</b>
<b>Fotografia 03 Interior da escola (pátio e área de refeição).....</b>	<b>63</b>
<b>Fotografia 04 Interior da escola (corredores e salas de aula).....</b>	<b>63</b>

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	5
AGRADECIMENTOS .....	6
RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
LISTAS DE FOTOGRAFIAS, IMAGENS E/OU TABELAS .....	9
1 INTRODUÇÃO .....	11
1.1 Conhecendo o Campo de Intervenção.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	18
2.1 Diversidade sexual na escola.....	18
2.2 Homofobia: breve contextualização de seu conceito .....	19
<b>2.3 Homofobia na escola: as interfaces do preconceito e da discriminação contra a diversidade sexual</b> .....	21
2.4 Enfrentamento à homofobia: um desafio de todos .....	24
3 DIAGNÓSTICO .....	28
3.1 Formação docente demandas e desafios.....	30
3.2 Percepções sobre a homossexualidade e suas implicações.....	32
3.3 Direitos da população LGBT, afirmação e negação.....	33
3.4 Expressões da discriminação na escola, o que fazer?.....	34
3.5 A escola e o enfrentamento a homofobia.....	38
4 PLANO DE INTERVENÇÃO .....	40
<b>4.1 Detalhamentos das Ações do Plano de Intervenção Educacional</b> .....	43
4.2 Metodologia dos Encontros/Reuniões do Curso de Sensibilização sobre a diversidade sexual na escola e a homofobia.....	45
<b>5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES</b> .....	52
5.1 Cronograma de Ações do Projeto de Intervenção .....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	55
APÊNDICES .....	58

## 1 INTRODUÇÃO

A diversidade sexual e suas expressões se encontram constantemente presentes no ambiente escolar. Os alunos com identidades sexuais e de gênero distintas da heteronormatividade são vítimas frequentes de diversas práticas homofóbicas, decorrentes, sobretudo, de preconceitos e estereótipos de gênero reproduzidos e reiterados na instituição escolar.

Conforme Louro (2000), a instituição escolar é permeada pela diversidade sexual, que engloba as diferentes práticas, vivências e expressões da sexualidade e do gênero não reguladas pelo padrão heteronormativo. Assim, a diversidade sexual envolve as identidades sexuais, ou seja, as formas como os sujeitos vivem suas sexualidades com outros indivíduos, voltados a sua orientação sexual podendo ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, e a identidade de gênero como as expressões de vivencia afetivas e sexuais transexuais, travestis, entre outros, que representam o modo como os indivíduos constroem histórica e socialmente suas masculinidades ou feminilidades (Louro, 1997).

A homofobia é um fenômeno que ocorre de modo implícito ou explícito diariamente no ambiente escolar, seja de forma sutil através de piadinhas de cunho preconceituoso feita entre os próprios docentes e discentes, com apelidos pejorativos, seja de forma direta e espontânea, através de ameaças, exclusões e violências diversas com aqueles sujeitos que demonstram fugir dos padrões e regras heterossexuais impostos socialmente.

A escola, como uma instituição que possui grande relevância social, tem um papel bastante importante no processo de combate às diversas formas de preconceitos e discriminações contra a diversidade sexual, principalmente no que tange à população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT.

O contexto escolar tem demonstrado profunda escassez de conhecimento dos docentes em relação às questões da diversidade sexual. Temáticas que dizem respeito à sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero e homofobia são normalmente pouco debatidas em sala de aula. Sua omissão ou carência de aprofundamento no ambiente escolar contribui para o enaltecimento das diversas práticas homofóbicas (agressões verbais ou físicas, exclusões, ameaças, entre outras), as quais são perpetradas contra jovens que destoam do padrão heteronormativo, uma vez que a diversidade sexual se encontra diretamente presente no contexto escolar. Negar-lhe esta realidade, é buscar ocultar sua presença e significado. São

perceptíveis que nas escolas inúmeras formas de preconceito e discriminações com aqueles sujeitos que são considerados “diferentes”, que fogem de padrões pré-estabelecidos socialmente e que possuem legitimidade em expressar-se. A homofobia é um exemplo vivo de uma destas ações de desrespeito e de não aceitação de indivíduos homossexuais. Este fenômeno é bastante difícil de ser enfrentado por necessitar de um trabalho capaz de desconstruir conceitos apreendidos socialmente, preconceitos e estereótipos que favorecem a cultura heterossexual como modelo de sexualidade correto a ser seguido.

A escola se apresenta como uma instituição que possui um papel importante no processo de construção destes conceitos homofóbicos, mas também no de desconstrução de tais conceitos, bem como na promoção do respeito às diversas formas de expressões afetivas e sexuais dos sujeitos. A proposta em trabalhar tal temática no âmbito educacional com os docentes foi escolhida pela grande necessidade de se debater assuntos como estes na realidade escolar, na qual percebemos que as expressões da diversidade sexual são bastante presentes, e ausência de formação básica sobre tais assuntos, o desconhecimento de debates dos mesmos entre outros fatores, podem levar a um despreparo dos docentes em debate-los. A proposta de intervenção aqui em pauta visa informar, orientar e sensibilizar os docentes no trabalho com tais questões, tornando-os multiplicadores, dentro de suas salas de aula, dos conhecimentos e experiências apreendidas a partir das intervenções aqui pontuadas, visando à construção de um ambiente escolar mais justo e igualitário para todos os sujeitos.

Entende-se que tal problemática não pode ser resolvida com apenas ações como esta, pois a homofobia precisa ser combatida em todos os ambientes sociais e comunitários, a exemplo da família, das instituições sociais, reconhecendo-se o precioso papel da escola no processo de formação dos cidadãos e percebendo-se que este também é um ambiente habitado pelas várias formas de expressões da diversidade sexual. Percebe-se que a educação é uma fonte inesgotável do saber e não pode estar em um ambiente onde a ignorância, o preconceito e a discriminação possam encontrar lugar. O ambiente escolar deve ser um dos primeiros a demonstrar sensibilidade às questões que dizem respeito à vivência da sexualidade humana fora dos padrões impostos socialmente e, portanto, trabalhar com os docentes tais problemáticas permitirá, além de contribuir para sua formação, semear novas sementes nesses sujeitos para que seus frutos possam alcançar a todos que fazem parte do ambiente educacional em que estão inseridos.

O texto em tela trata-se de um trabalho de conclusão de curso que apresenta um Plano de Intervenção Educacional (PIE) o qual aborda questões relativas à homofobia no ambiente

escolar com o corpo docente de uma escola municipal do interior sergipano, a saber: Escola Municipal Argentina, localizada no povoado Açuzinho, município de Lagarto-Sergipe. Tal plano foi elaborado a partir de uma pesquisa de campo, cujos resultados, os quais justificam o PIE, encontram-se apresentados logo após a discussão teórica sobre o tema em apreço, no capítulo intitulado “Diagnóstico”.

O objetivo geral deste Plano de Intervenção Educacional é orientar o corpo docente da referida escola a fim de que eles possam trabalhar com as questões do preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual na escola. E seus específicos se detêm a apreender as concepções dos docentes sobre o preconceito e a discriminação homofóbica dentro do contexto escolar, proporcionar momentos de debates e discussões sobre temáticas em relação à diversidade sexual, homossexualidade e homofobia com os docentes para orientá-los e esclarecer dúvidas sobre tais temáticas, e promover capacitações e cursos para os docentes, buscando prepará-los para trabalhar com tais demandas no seu cotidiano profissional.

O Plano de Intervenção Educacional em apreço possui, ainda, uma grande relevância social, por discutir a homofobia como uma expressão da questão social, abordando a escola como uma instituição de grande importância neste processo de combate ao preconceito e discriminação homofóbica, enfatizando ações concretas. Este plano visa contribuir para a construção de novos multiplicadores deste debate dentro do ambiente escolar e na sociedade em geral, reconhecendo que as demandas referentes ao respeito à diversidade sexual dentro do contexto escolar, são apenas reflexos de necessidades que precisam ser trabalhadas em todas as instituições sociais, como a família, os órgãos públicos e privados, dentre outros. Enfatiza-se, ainda, a responsabilização que estas ações causam nos docentes que participaram da pesquisa de campo (dados tratados e discutidos mais adiante), dando a estes o caráter de responsabilidade perante as problemáticas trabalhadas nas intervenções, demonstrando a importância de todos lutarem no combate às formas de preconceito e discriminação contra a diversidade sexual.

O Plano de Intervenção Educacional foi construído em dois momentos distintos, o primeiro, a partir da realização de um diagnóstico na Escola Municipal Argentina feito através de observações das aulas e reuniões de docentes e pais/mães na escola, aplicação de entrevistas semiestruturadas com 10 (dez) professores, transcrição das entrevistas, análise dos dados e aprofundamento teórico da temática com a leitura de diversos materiais sobre o assunto.

O segundo momento se deu com a elaboração de um plano de intervenção elencando-se as principais problemáticas da escola em relação à diversidade sexual, levando-se em consideração todas as demandas expostas pelos docentes nas entrevistas e suas sugestões em relação a como trabalhar com as questões que dizem respeito ao preconceito e à discriminação contra a diversidade sexual no ambiente escolar. Todas as ações do projeto foram articuladas considerando-se a realidade do público alvo da escola e as reais condições de aplicabilidade do projeto.

O projeto buscará atender a todo quadro docente da Escola Municipal Argentina e abrirá espaços para que demais trabalhadores da instituição possam participar das atividades, a exemplo de coordenadores, diretores e equipe de secretaria e serviços gerais, entendendo-se que tais sujeitos também possuem o papel de enfrentar o preconceito e discriminação contra a diversidade sexual e que os mesmos encontram-se cotidianamente com estas demandas, seja de forma direta ou indireta.

O roteiro de construção do referido projeto foi composto pelas seguintes etapas:

- ✓ Contato com a instituição escolar através de sua coordenação e direção esclarecendo sobre os objetivos do projeto e solicitando autorização para realização do diagnóstico de pesquisa;
- ✓ Realização de observação dos materiais da escola como livros didáticos e trabalhos realizados pela mesma no que compete às questões relacionadas à diversidade sexual e à homofobia;
- ✓ Aplicação de entrevistas semiestruturadas com 10 (dez) docentes da escola com o objetivo de recolher dados para a construção do projeto, conforme as demandas dos professores ressaltadas nas entrevistas;
- ✓ Transcrição e análise das entrevistas e fundamentação teórica do projeto em questão;
- ✓ Criação da metodologia do projeto com as ações fundamentadas conforme as análises realizadas nas observações de campo e entrevistas.

O trabalho de conclusão de curso ora apresentado está dividido em cinco distintos capítulos. No primeiro, além da introdução dos conceitos tratados, encontram-se os objetivos e justificativa do Plano de Intervenção Educacional proposto e a caracterização do campo de intervenção. O segundo traz o referencial teórico do projeto e a explanação da temática na visão de diversos autores a saber, Barroso (2009, 2012), Borrilo (2009), Butler (2000), Chagas (2013), Figueiró (2007), Fontes (2006), Kamel e Pimenta (2008), Louro (1997, 2000), Oliveira (2013), Prado e Junqueira (2011), Prado e Machado (2008), Ramires (2011),

Rodrigues (2000), Santana (2015), Santos (2015), Souza (2015) e Souza, Silva e Santos (2015). No terceiro capítulo, estão apresentados o diagnóstico institucional com as análises das observações e entrevistas transcritas e analisadas onde debateremos os resultados analisados com a visão dos autores: Borrilo (2009), Louro, (2000) e Oliviera (2013). No quarto capítulo, será tratados o plano de intervenção, suas ações e metodologia levando-se em consideração todas as questões levantadas no diagnóstico. E, por fim, serão destacadas as considerações finais do projeto seguidas das referências, anexos e apêndices.

Considerando-se o exposto, entende-se que este trabalho possui uma relevância social e acadêmica bastante significativa. Academicamente, por trazer o debate da homofobia de forma interventiva e necessária no ambiente escolar, não se resumindo às questões do discurso teórico sobre tal problemática, mas pontuando-se possíveis formas de intervenções sobre o assunto. Desta maneira, as ações propostas neste plano de intervenção servem, não apenas para pontuar e apresentar a necessidade de ações de combate a todas as formas de preconceito e discriminação contra a diversidade sexual, especialmente aqui toda população LGBT no ambiente escolar, como também traz propostas concretas que, além de trabalhar os sujeitos da intervenção aqui em destaque (os docentes da Escola Municipal Argentina), propõe novas ações destes sujeitos a partir de suas experiências vivenciadas através da construção deste debate.

### **1.1 Conhecendo o Campo de Intervenção**

A Escola Municipal Argentina, encontra-se localizada no Povoado Açuzinho, no município de Lagarto, o qual foi fundado em 20 de abril de 1880, data oficial de sua emancipação. Localizado no estado de Sergipe, na região nordeste do país, Lagarto é o terceiro município mais populoso do Estado. A cidade fica localizada no Centro-Sul do Estado, a 75 km da sua capital, (a cidade de Aracaju). Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a extensão territorial do município é de aproximadamente 969,23km<sup>2</sup>, ocupada por cerca de 96.474 habitantes, sendo que 40.527 pessoas concentram-se na zona urbana da cidade e 42.807, na zona rural, estando a maior parte distribuída pela área urbana do município, que possui um índice de 42.569 deficientes físicos entre brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas e uma população com cerca de 27.903 crianças e adolescentes de 5 a 20 anos, 25.531 de jovens e adultos de 20 a 40 anos e 15.519 de pessoas com idades de 40 a mais de 80 anos, com um índice de analfabetismo alarmante, chegando a 25.508 pessoas sem nenhum grau de escolaridade. (IBGE, 2010).

O município de Lagarto é a vila mais antiga de Sergipe. Lagarto orgulha-se, entre outras coisas, de possuir uma das maiores cidades do Estado com aspecto de grande centro. Os que nascem na cidade de Lagarto são chamados lagartenses e a cidade recebeu este nome no ano de 1703. Com uma economia composta por diferentes itens, as atividades econômicas estão expressivamente pautadas nos produtos agrícolas, com destaque para o cultivo de tabaco e plantas cítricas, a exemplo da agricultura, baseada, principalmente, nas culturas de feijão, laranja, fumo e mandioca; da pecuária de corte; da criação de ovinos; do comércio e da indústria. Lagarto é uma região muito produtora, onde o que se planta dá bons resultados. (BARROSO, 2015, SANTOS, 2010).

Hoje, há mais de 100 povoados que compõem o município. Os principais são Colônia Treze (considerado o maior povoado do estado de Sergipe), com mais de 20.000 (Vinte mil) habitantes, em sequência o Povoado Açuzinho onde está localizada a Escola Municipal Argentina, campo da pesquisa aqui em pauta. A criação do povoado se deu através da doação de terrenos e venda de terras para a cooperativa da Colônia Treze (Coopertreze), que os loteou com os primeiros cooperados que chegaram à localidade do povoado Açuzinho. A data de criação é incerta até os dias de hoje. Constam-se que os primeiros nascimentos na comunidade do Açuzinho datam de 1970 que foram de José Serafim, Irailde Santana Pereira e Mauro Vicente de Santana (FONTES, 2006).

A Origem do nome surgiu de uma derivação de um povoado circunvizinho já existente “Açu”, segundo o senhor José Pereira Neto, um dos primeiros moradores da localidade. Alguns sugeriram o nome de “Açu novo” porque já existia o “Açu Velho”, mas não houve consenso. Uma nova sugestão foi apontada com o nome de “Açuzinho” que foi aprovado por todos. As principais atividades agrícolas, que são também as fontes de renda e sustentos das famílias desta comunidade, são o cultivo e comercialização de laranja, fumo, maracujá, e mandioca (BARROSO, 2012 e FONTES, 2006).

O acesso à educação no município ainda se encontra de forma carente e difícil. Além de não haver escolas estaduais, o ensino fundamental é apenas ofertado pela Escola Municipal Argentina, cuja clientela, na sua maioria, é oriunda do próprio Povoado Açuzinho e de outros povoados circunvizinhos do município, que fazem parte da zona rural. Grande parte dos pais e mães dos estudantes da escola é de lavradores, e alguns trabalham no comércio local ou são funcionários públicos da rede municipal ou estadual, prestando serviços nas áreas da educação ou saúde da comunidade.

A Escola Municipal Argentina, nesses 41 anos de existência, vem prestando serviço à comunidade através de educação voltada à cidadania e ao compromisso social com seus moradores. A escola foi criada em 1974 na gestão do Prefeito de Lagarto, João Almeida Rocha, e mantida pela Prefeitura Municipal de Lagarto – Sergipe, devidamente autorizada pelo conselho Municipal de Educação – CMEL. Atualmente a escola conta com: 05 salas de aula, 01 secretaria, 01 almoxarifado, 01 cantina, 03 banheiros e 01 pátio para recreação. Oferece Educação Básica, composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental completo e Educação do Campo, atendendo às crescentes comunidades do povoado e circunvizinhas.

O corpo discente da instituição é composto por aproximadamente 170 alunos da Educação Infantil ao ensino fundamental. A clientela é formada por crianças e adolescentes, cuja faixa etária varia dos 04 aos 19 anos, conforme dados disponíveis nas fichas de matrículas dos discentes do ano de 2015. Além das aulas regulares, a escola oferece, em tempo integral, o Programa Mais Educação. A instituição funciona com (01) uma Coordenadora do Programa que auxilia o desenvolvimento das atividades e os (04) quatro monitores (Voluntários). Seu quadro funcional de professor conta com o total de (13) treze, sendo (04) quatro educadores dos anos iniciais, com formação em Pedagogia. E (09) nove dos anos finais, todos licenciados e alguns pós-graduados, conforme sua área de atuação. Entre os professores pós-graduados estão os formados em Licenciatura em: Letras/Português; Letras/Inglês; Matemática com adicional em Ciências, permitindo o mesmo lecionar tal disciplina; História; Geografia; Educação Física.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O capítulo a seguir aborda a diversidade sexual na escola, seus desafios e demandas, o cenário atual e a necessidade de intervenções neste ambiente, bem como os principais conceitos de homofobia, articulando as interfaces do preconceito e da discriminação homofóbica dentro do ambiente escolar. Para entendermos a necessidade e possibilidades de intervenção relacionadas às diversas formas de preconceito e discriminação referentes à diversidade sexual, principalmente as forma de sexualidade que diferem dos padrões heteronormativos, faz-se necessário elucidar os conceitos e estereótipos negativos, de forma a desconstruir modos de pensamentos construídos no decorrer da história dos sujeitos, baseados em princípios religiosos, culturais, tradicionalistas etc, capazes de julgar os fenômenos de forma preconceituosa e inadequada, a exemplo da homossexualidade, reconhecida, muitas vezes, como doença, perversão, pecado, entre outras características errôneas e deturpadas. O enfrentamento às diversas formas de preconceito e discriminação relacionados à diversidade sexual no ambiente escolar passa pelo processo de reaprendizagem de conceitos e formas de pensamentos. Desta maneira, serão debatidas, a seguir, tais questões como primeiro passo neste processo de reconstrução cognitiva-social.

### **2.1 Diversidade sexual na escola**

A escola é um dos espaços sociais onde mais se apresenta a diversidade sexual. Neste espaço, predominam a pluralidade de gênero e a diversidade sexual, muitas vezes, cerceadas pelos muros, pela ignorância e ausência de sensibilidade em relação à vivência das formas de expressões afetivas e sexuais que diferem das normas pré-estabelecidas socialmente.

O termo diversidade é definido nos dicionários como tudo aquilo que nos diferencia de algo ou de outro, como assim expressa Santiago (2009). As pessoas podem possuir diferenças em vários aspectos das suas vidas como nas questões religiosas, econômicas, relacionadas à raça e etnia, sexualidade etc.

As formas de sexualidade que desafiam os padrões heterossexuais como único modelo a ser seguido, como a homossexualidade, bissexualidade, transexualidade, dentre outras, são formas de expressão da diversidade sexual que devem ser respeitadas e visibilizadas dentro do ambiente escolar, como tão legítimas e autônomas quanto a heterossexualidade.

Conforme Souza (2015), a diversidade sexual não deve ser reduzida às diferenças sexuais, visto que compreende e reconhece a existência legítima de LGBT, entre outras expressões da sexualidade, possibilitando o alargamento da nossa compreensão sobre a sexualidade humana. A noção de diversidade sexual, além de implicar o reconhecimento pela

existência das diversas expressões sexuais e de gênero, precisa buscar legitimar essas sexualidades, considerando-as tão naturais quanto a heterossexualidade.

Quando se trata de desejo afetivo-sexual, percebe-se que não existe uma única forma, mas múltiplas vivências e expressões da sexualidade humana que caracterizam o que se denomina de diversidade sexual (Figueiró 2007). Destacam-se, aqui, as pessoas que sentem desejo por pessoas do mesmo sexo, conhecidas como homossexuais, seja do sexo masculino (gays) ou feminino (lésbicas) e os transgêneros, sujeitos que possuem uma orientação sexual e/ou identidade de gênero que diferem dos padrões naturais do seu sexo biológico. Tais pessoas podem relacionar-se com sujeitos do mesmo sexo ou do sexo oposto ao seu.

A ausência da aceitação de tais sujeitos sociais, alimentada por ações preconceituosas e discriminatórias, é o que potencializa o que se denomina de homofobia. Entende-se que o preconceito contra a orientação sexual e identidade de gênero dos sujeitos é, muitas vezes, específico, conforme as particularidades de cada uma de suas formas. Por exemplo, para as lésbicas, utiliza-se o termo lesbofobia; para os gays, gayfobia; para os travestis, travestifobia; para os transexuais, transfobia; entre outros. Porém, neste trabalho, será utilizado o termo homofobia, conforme Borrilo (2010) e Souza (2015), para contemplar todas as formas de preconceito e/ou de discriminação contra as orientações sexuais e a identidade de gênero que diferem dos padrões heterossexuais, e que atingem toda a população LGBT.

## **2.2 Homofobia: breve contextualização de seu conceito**

O termo “homofobia”, de acordo com Borrilo (2010), foi utilizado, pela primeira vez, nos Estados Unidos, em 1971, mas somente no final dos anos de 1990, ele começou a figurar nos dicionários europeus. Este termo apareceu pela primeira vez em um dicionário de língua francesa, no ano de 1998. Logo após, G. Weinber definiu a homofobia como “o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos próprios homossexuais, o ódio por si mesmo” (BORRILLO, 2010, p. 34).

Como uma forma de classificação terminológica, Borrilo (2010) classifica este fenômeno de diferentes formas, como: a) homofobia irracional e cognitiva, quando esta engloba o medo, a aversão e a repulsa através de manifestação emotiva (psicológica), para sujeitos homossexuais advindas de um saber baseado em preconceito (social); b) homofobia geral e específica que surge com o aparecimento do sexismo, enquanto modelo que versa sobre a discriminação às pessoas em detrimento de seu sexo (macho/fêmea) ou de seu gênero (masculino/feminino); c) homofobia, sexismo e heterossexismo, quando a heterossexualidade aparece como padrão, modelo central que serve para avaliar as demais formas de sexualidade,

qualidade normativa que constitui uma forma específica de dominação, chamada de heterossexismo, em que a heterossexualidade ocupa a posição de superioridade diante das demais formas de expressões sexuais do homem; d) e racismo, xenofobia, classismo e homofobia. Esta última baseia-se na mesma lógica utilizada por outras formas de interiorização: a ideologia racista, a classista ou a antissemita (BORRILLO, 2010), cujo principal objetivo consiste sempre em desumanizar o outro, em torná-lo inexoravelmente diferente, servindo estas concepções de princípios básicos para justificar as afirmações preconceituosas e discriminatórias contra os homossexuais.

Conforme os conceitos de Oliveira (2013), o termo homofobia é derivado das palavras gregas *homo*, que significa semelhante, e *fobia*, que representa medo. Para o autor, o vocábulo homofobia constitui um neologismo para representar o ato de repulsa aos LGBT, bem como as suas práticas afetivas ou sexuais. Estas situações podem apresentar-se através de vários gestos homofóbicos, direta e indiretamente, a exemplo de chacotas, expressões de nojo (cuspidas, gestos obscenos), por meio de agressões verbais (xingamentos, desqualificação), ou, ainda, através de violências físicas (espancamentos e assassinatos). Percebe-se, aqui, que a homofobia pode partir de pessoas que se encontram no meio social em que se faz presente a homossexualidade ou do próprio homossexual para consigo mesmo, como expressa Oliveira (2013).

Com o passar dos tempos, a homofobia ultrapassou todas as esferas da subjetividade humana para uma dimensão mais social e politizadora. Desta forma, esse tipo de violência passa a ser considerada como uma atitude de hostilidade contra os homossexuais. Portanto, para homens e mulheres, a única condicionalidade para se tornar vulnerável a este tipo de violência é demonstrar-se estereótipos sexuais e de gêneros divergentes dos padrões heteronormativos (PRADO, e MACHADO, 2008).

Outrossim, percebe-se que esta discussão se torna mais instigadora quando se afirma que a homofobia é uma manifestação cultural e social e não somente pessoal, comparável ao racismo e ao antissemitismo, em que algumas de suas características apresentam-se como medo e desprezo aos homossexuais, refletidas em uma série de atitudes e sentimentos negativos em relação aos LGBT (BORRILLO, 2010).

O preconceito e a discriminação contra a população LGBT encontram-se em diversos setores da sociedade, desde o ambiente doméstico-familiar, como no acesso ao trabalho e à moradia, aos locais públicos, às instituições escolares e aos diversos órgãos governamentais, tais como a polícia e o exército (RODRIGUES, 2000).

Conforme Borrilo (2010), a homofobia tem-se revelado como um sistema de humilhação, em que a exclusão e a violência adquirem requintes a partir de cada cultura e formas de organização das sociedades locais, consistindo em desumanizar o outro, neste caso, o “homossexual”, tornando-o inexoravelmente diferente, anormal e incompleto. Assim, a homofobia pode ser pensada como um consentimento social praticado por indivíduos ou grupos, por meio de ideologias que vão de acordo com características excludentes e discriminatórias. A homofobia prejudica diretamente os homossexuais, causando-lhes vários danos, especialmente quando ocorrem em seus ambientes sociais, tais como a família, a escola e os locais de trabalho, o que pode, além de fragilizar os indivíduos homossexuais, impossibilitar seu acesso a alguns direitos e oportunidades durante suas vidas.

Esta situação é reafirmada na análise realizada pelo Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero do Brasil, segundo a qual a homofobia se expressa de inúmeras formas, dificultando a formação educacional e profissional de homossexuais, o que os impede de conseguirem uma vaga no mercado de trabalho formal, bem como inibe sua expressão de afetividade entre seus companheiros em vias públicas. Em muitos casos, chega-se ao cúmulo da violência física e a assassinatos desta categoria, constituindo, assim, um problema de Estado, pois abarca a violação dos Direitos Humanos, de todo um segmento populacional. “Portanto, o entendimento da homofobia deve ir para além de uma questão pessoal daquele que é homofóbico e ser assumido pelo Estado como um problema social a ser solucionado” (INSTITUTO DE BIOÉTICA DIREITOS HUMANOS E GÊNERO, 2007, p. 41).

### **2.3 Homofobia na escola: as interfaces do preconceito e da discriminação contra a diversidade sexual**

A instituição escolar é cercada pelas diversas expressões de sexualidade. Não é difícil encontrar discentes, docentes e demais sujeitos que fazem parte desta instituição com identidades sexuais e de gênero distintas da heteronormatividade. Sujeitos como estes são vítimas constantes de diversas práticas homofóbicas, decorrentes, sobretudo, de preconceitos e estereótipos de gênero (re)produzidos e reiterados no ambiente escolar.

A escola, como as demais instituições sociais, a exemplo da família, muitas vezes, reforça os modos de como a sociedade impõe culturalmente os preceitos estabelecidos para cada gênero, conforme a genitália dos sujeitos. As cores, forma de comportamento, modos de sentar, vestir-se, comunicar-se, dentre outros aspectos, estão todos padronizados de acordo com a singularização dos sexos, masculino e feminino. Conforme Santana (2015), essas balizas simbólicas que buscam determinar o que é masculino e feminino são perpassadas por

relações de poder. Tal contexto tende a fixar o espaço social considerado “correto” para homens e mulheres.

Todo esse contexto mostra-nos uma realidade escolar perpetrada por inúmeras situações de preconceito e discriminação contra a população LGBT. Suas práticas heteronormativas, ao invés do apoio e proteção à liberdade de expressão afetiva-sexual no contexto escolar, patrocina um ambiente marcado pela recusa dos direitos da população LGBT e a invisibilidade destes sujeitos nesta instituição.

Conforme Ramires (2011), a escola é considerada uma das instituições mais homofóbicas. Este fato fundamenta-se pelos abundantes relatos de humilhação e maus-tratos a indivíduos LGBT, que afetam fortemente seu desempenho acadêmico, diminuindo o interesse pelas aulas, promovendo a evasão escolar e, conseqüentemente, a existência de uma grande dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho formal, principalmente para as travestis e transexuais.

Essa situação também é debatida por Kamel e Pimenta (2008), quando destacam que a violência homofóbica vivenciada pela população LGBT no ambiente escolar é preocupante, principalmente quando esta passa por uma forma despercebida de invisibilidade quando comparados aos demais sujeitos sociais, pois, na maioria dos casos, esses jovens que sofreram tal violência, em suas diversas formas, como apelidos pejorativos, exclusão e ridicularização, acabam tendo baixo rendimento, quando não abandonam a escola.

De acordo com Prado e Junqueira (2011), a homofobia pode ser encontrada no ambiente escolar em diferentes graus e expressa em várias ocasiões, tais como nas relações pedagógicas normalizadoras, nas reuniões de pais e mestres, nos discursos normalizados nas salas de aulas, em conversas entre docentes e discentes que reproduzem a cultura heterossexual, dentre outras. Os autores ainda afirmam que, nas salas de aula, as práticas homofóbicas “sutis” são reforçadas por muitos docentes, por exemplo, ao recusar-se a chamar um estudante travesti ou transexual pelo seu nome social; quando participam de brincadeiras e piadas que tendem a ridicularizar e ofender a população LGBT, ou não as coíbem; dentre outras situações (PRADO E JUNQUEIRA, 2011).

A escola também se apresenta como um espaço de normatização, que reflete e reproduz as formas e comportamentos sociais. Não diferentemente acontece com a questão da sexualidade, o ambiente escolar possui como modelo central de vivência das práticas afetivas e sexuais os moldes da heterossexualidade, desta maneira tudo que difere deste contexto, se apresenta como diferente e de difícil aceitação, reforçando práticas muitas das vezes

preconceituosas e discriminatórias para com as outras formas de vivência da sexualidade humana.

É importante ressaltar que a homofobia é um fenômeno complexo e variado, sendo necessário que os docentes compreendam que ela não se resume à violência física, mas incluem, também, as diversas outras formas de violência presentes nos insultos, na rejeição, na linguagem cotidiana e nas representações distorcidas da população LGBT, como sujeitos grotescos, desprezíveis, ou abjetos, como assim destaca Butler (2000).

É *mister* sinalizar que o preconceito e a discriminação contra a diversidade sexual no ambiente escolar se apresenta de diversas faces, modos e formas, de acordo com Borrilo (2009), existem diversas nuances de preconceito, podendo ser expressões mais evidentes, através da rejeição e discriminação direta, ou mais sutis, através de violência psicológica, que pode ser denominada homofobia indireta.

De ambas as formas, a homofobia se apresenta dentro do ambiente escolar, conforme Souza, Silva e Santos (2015):

Salienta-se a imprescindibilidade de uma intervenção contínua e sistemática que vise não somente promover o respeito às diferenças, mas também a inclusão efetiva da diversidade sexual no contexto escolar e a desconstrução das práticas homofóbicas. Isso serve de alerta para a necessidade de que os/as educadores/as sejam sensibilizados/as e preparados/as para que possam fomentar o reconhecimento e acolhimento da diversidade sexual (SOUZA, SILVA e SANTOS 2015, p.75).

Como já debatido aqui, as questões relacionadas ao preconceito e à discriminação para com as expressões de sexualidade que diferem dos padrões heterossexuais no ambiente escolar devem ser combatidas de forma contínua e sistemática, desconstruindo conceitos, estereótipos e princípios criados e alimentados historicamente por uma cultura heterossexual, sexista e tradicionalista. A sexualidade humana é entendida como uma construção social, histórica e cultural, devendo ser constantemente debatida nas escolas por todos aqueles que dela fazem parte, tendo em vista que a escola é um espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse desafio educacional contemporâneo (SANTANA, 2015).

A escola precisa proporcionar a todos os seus sujeitos um ambiente de acolhida e participação ativa, em que as particularidades da vida de cada um não sejam motivos que despertem o preconceito e a discriminação, mas que incentivem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária em que todos possam expressar sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, sem receio de sofrer quaisquer tipos de violência.

## **2.4 Enfrentamento à homofobia: um desafio de todos**

O Brasil tem reconhecido a forte presença do preconceito homofóbico no ambiente escolar. Algumas iniciativas governamentais podem ser levadas em considerações na tentativa de conter tal tipo de violência, como o lançamento do programa Brasil sem homofobia, do governo federal, em 2004, pela comissão do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e pelo Ministério da Saúde, com a participação de vários ativistas e organizações militantes de toda a comunidade LGBT. Com a articulação do governo federal e toda a sociedade civil, sendo coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, tal programa visa incidir no enfrentamento à homofobia, como um de seus objetivos centrais:

[...] a educação e a mudança de comportamento dos gestores públicos. Buscamos a atitude positiva de sermos firmes e sinceros e não aceitarmos nenhum ato de discriminação e adotarmos um “não à violência” como bandeira de luta (CONSELHO, 2004, p.7).

Este programa possui como ações fundamentais para o alcance de seus objetivos, o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e/ou no combate à homofobia, bem como a capacitação de profissionais e representantes dos movimentos homossexuais que atuam na defesa de direitos humanos, incentivando sempre a disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual e o incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT (CONSELHO, 2004).

A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, como forma de incentivo e fortalecimento do Programa Nacional Brasil sem Homofobia, lançou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. O plano visa o enfrentamento a quaisquer tipos de violência contra os LGBT, especificando a luta para a contenção da homofobia institucional, dentre outras ações. Além disso, responsabiliza diversas instituições neste processo de viabilização aos direitos do público LGBT, a exemplo dos Ministérios do trabalho, Defesa e Educação como Conselhos, Secretarias, dentre outras.

Conforme o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, seu maior objetivo é: “Orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (REPÚBLICA, 2009, p.10).

Como forma de trabalhar as questões relacionadas à discriminação por identidade de gênero e orientação sexual, o Ministério da Educação (MEC), fundamentado na Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que, em seu artigo 1º, afirma que a educação deve da família e do estado deve ser garantido de forma igualitária a todos respeitando a diversidade de cada sujeito, cria Resolução/CD/FNDE Nº. 16, de 08/04/2009, e o Edital de Chamada Pública de nº. 17 de 9 julho de 2009. Tais dispositivos estabelecem orientações e diretrizes para a realização de curso de formação continuada a profissionais da educação básica, bem como a produção de materiais didático-pedagógicos e paradidáticos voltados para a promoção do reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento ao sexismo e à homofobia e para promoção da equidade de gênero no contexto escolar.

No ano de 2010, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República aprovou o Programa Nacional de Direitos Humanos (PnDH-3). Dentre suas inúmeras diretrizes, está a garantia da igualdade na diversidade, objetivando, de forma estratégica, a garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. Em suas ações pragmáticas, esta Secretaria pretende desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, alcançando a todos no favorecimento da visibilidade e no reconhecimento social (REPÚBLICA, 2010). Além disso, ela pretende apoiar projetos de lei que disponham sobre a união civil, direito de adoção, utilização do nome social, fomentando a criação de redes de proteção e enfrentamento à homofobia e a realização de relatório periódico de acompanhamento das políticas contra discriminação à população LGBT, em todo o território nacional. Esse projeto de lei visa, ainda, compelir a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério da Saúde, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Justiça e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República a mediar todas estas propostas.

Visando à prevenção e o enfrentamento às várias formas de preconceito e discriminação relacionados à orientação sexual e identidade de gênero nas escolas, o Ministério da Educação – MEC criou a portaria 4.032 de 24, de novembro de 2005, que institui o Grupo de Trabalho para acompanhar a implementação do “Programa Brasil Sem Homofobia”, e o Decreto nº. 5.397, de 22 de março de 2005, que dispõe sobre a composição, competência e o funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), atualmente revogado pelo Decreto Nº 7.388, de 9 de Dezembro de 2010. O MEC, investiu cerca de R\$ 1,8 milhões de reais na produção de *kits* que seriam distribuídos em escolas públicas de todo o país com conteúdos que objetivam esclarecer questões relacionadas ao

respeito pela diversidade sexual e ao enfrentamento à homofobia. Estes *kits* estavam previstos para serem distribuídos no segundo semestre de 2011 em seis mil escolas de ensino médio, porém, conforme Chagas (2013), a distribuição foi cancelada em maio daquele ano após pressão das bancadas religiosas, alegando que o material fazia “propaganda de orientação sexual”, induzindo a homossexualidade nas escolas. Dentro deste kit, incluíam-se vídeos, cadernos com orientações aos professores e boletins destinados aos estudantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, cita em seus princípios básicos no seu artigo 3º inciso I e IV, que o ensino deve ser ministrado com igualdades de condições para o acesso e permanência do estudante no ambiente escolar com respeito à liberdade e apreço a todos e qualquer tipo de tolerância (Lei nº 9.394/2006). Embora a LDB não contemple em seus textos especificamente a necessidade do enfrentamento as diversas formas de preconceito e discriminação no ambiente escolar a exemplo da homofobia, racismo, sexismo, dentre outros, seus princípios buscam pontuar a importância do respeito ao próximo e vivência da igualdade como condição necessária e precisa para o acesso e permanência de todos no ambiente escolar, uma vez que a ausência deste respeito pode causar o não acesso ou a evasão destes sujeitos comprometendo toda sua formação educacional.

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado em 2014, com vigência por 10 anos, em seu artigo 2º inciso III e X, no que compete a suas diretrizes, visa à superação de todas as formas de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação no ambiente escolar, enfatizando a promoção dos direitos humanos, e a diversidade. O mesmo plano propõe metas e estratégias para efetivar suas diretrizes e princípios, entre elas destaca-se as estratégias 2.4 e 3.13, na primeira é enfatizado a importância do enfrentamento a todas as situações de discriminação, preconceitos e violência na escola, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar, colocando a família e os órgãos públicos como atores importantes neste processo. O segundo visa à implementação de políticas de prevenção no processo de evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão (LEI Nº 13.005/2014).

Em se tratando de legislações em âmbito estatal que visa o enfrentamento as várias formas de discriminação voltadas à população LGBT, em Sergipe, conta-se com a Constituição do Estado que defende a proteção contra a discriminação relacionada à orientação sexual dos sujeitos, além desta, existe a Lei que institui no Estado o dia de combate à homofobia (Lei nº 6.431/2008).

Na cidade de Aracaju, a população LGBT foi contemplada com a aprovação da Lei que inclui no calendário cultural a parada GLBTT (Lei nº 3.730/2009), a Lei que dispõe sobre a inclusão do nome social para travestis e transexuais (Lei nº 3.963/2010) e a Lei Orgânica do Município de Aracaju, que traz a defesa pela livre orientação sexual dos sujeitos. (Aracaju, 1990, p. 1).

Os amparos legais no campo educacional e também os estatais, buscam incentivar o enfrentamento a todas as formas de preconceito e discriminação, reconhecendo a importância do ambiente escolar ser um ambiente que zele pelo respeito e condições iguais de acesso e permanência a todos os seus membros, tendo em vista que a homofobia é uma forma de exclusão e rejeição que quando não enfrentada, impossibilita diretamente que a escola seja um ambiente harmonioso e acessível a todos os sujeitos, independentemente de suas particularidades e “possíveis diferenças”.

Percebe-se que as iniciativas do governo em enfrentar o preconceito e a discriminação contra a população LGBT, no âmbito educacional, ainda são pontuais e insuficientes, pois, frequentemente, surgem situações de violação de direitos da população LGBT, e, quando a escola não cumpre seu papel de educar sujeitos aptos para viver em sociedade, em que as diferenças e desigualdades não são enfatizadas como objetos primordiais de posições sociais, mas como riquezas, esta mesma escola contribui para disseminar o preconceito e a discriminação contra todos aqueles que ferem as normas socialmente constituídas.

Em suma entende-se que a criação de amparos legais que visem o enfrentamento a todas as formas de preconceito e discriminação são importantes, porém, a simples legalização de normas que proíbam ações de preconceito e discriminação não se configura como uma solução única e eficaz para o enfrentamento da violência homofóbica. É necessário um trabalho sensibilizador que envolva todos os agentes sociais, poder público, família, escola e toda sociedade, tendo em vista que a homofobia não é um problema privado que compete a população LGBT e seus familiares e amigos, mas a toda a sociedade, se configurando como uma questão social, digna de enfrentamento. Desta forma, deve-se caminhar em prol de uma sociedade mais junta e igualitária, em que todos possam gozar de seus direitos e de autonomia necessária para expressar sua forma de viver sem medo de sofrer retaliações e violências.

### 3 DIAGNÓSTICO

O plano de intervenção aqui em destaque foi construído a partir do diagnóstico realizado na Escola Municipal Argentina, que foi conduzido por algumas etapas, tais como observação da instituição e de seu funcionamento e a aplicação de entrevistas semiestruturadas para com 10 (dez) docentes da instituição.

É importante ressaltar que todos os dados coletados e analisados, bem como a realidade do funcionamento da instituição, foram levados em consideração para a elaboração deste plano, evitando-se traçar metas e objetivos que não sejam possíveis de serem executados.

As entrevistas expostas a seguir contaram com a participação de 10 (dez) docentes atuantes na Escola Municipal Argentina que forneceram informações essenciais para a construção do plano de intervenção a ser executado na instituição. Deste modo, a amostra envolveu docentes de ambos os sexos e de disciplinas variadas. Estabeleceu-se esta amostra com a finalidade de analisar as principais demandas dos/as docentes e discentes sobre as questões que envolvem a diversidade sexual no contexto escolar. Os docentes entrevistados são formados nas áreas da Pedagogia, Letras e Letras-Português-Espanhol, Letras- Inglês, Educação Física e História, com 02 (dois) a 26 (vinte e seis) anos de experiência em educação. Essas e outras informações estão detalhadas nos dados sociodemográficos na tabela a seguir. Cabe informar que os nomes utilizados são todos fictícios, para assegurar o sigilo acerca da identidade dos participantes.

**Tabela 1 Dados Sociodemográficos dos docentes da Escola Municipal Argentina**

<b>Professor /a</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Graduação</b>	<b>Pós-Graduação (Especialização)</b>	<b>Religião</b>	<b>Experiência na área Educacional</b>	<b>Ano de Formação</b>
<b>Paulo</b>	M	37	Pedagogia	Não possui	Católica	Professor (17 anos) e diretor (10 anos)	2004
<b>Marta</b>	F	24	Letras	Não possui	Católica	Professora (02 anos)	2015
<b>Regina</b>	F	39	Pedagogia	Não possui	Católica	Professora, Secretária e Coordenadora (15 anos).	2003
<b>Patrícia</b>	F	26	Letras Português-Espanhol	Não possui	Católica	Professora e Coordenadora (04 anos)	2012

<b>Luciana</b>	F	45	Pedagogia	Não possui	Católica	Professora e Coordenadora (25 anos)	1999
<b>Isabela</b>	F	41	Pedagogia	Não possui	Católica	Professora (18 anos)	2004
<b>Letícia</b>	F	50	Pedagogia	Não possui	Católica	Professora (26 anos)	2005
<b>Cátia</b>	F	21	Letras Inglês	Não possui	Católica	Professora (02 anos)	2015
<b>Deise</b>	F	35	Educação Física	Especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior	Católica	Professora (10 anos)	2004
<b>Ricardo</b>	M	37	História	Especialização em Gestão de Políticas Públicas Em Gênero e Raça, Especialização em Ensino de História.	Católica	Professor (08 anos)	2006

Para uma melhor compreensão e facilitação da leitura as respostas e análise dos dados coletados nas entrevistas com os respondentes foi dividido nos seguintes tópicos: 3.1 Formação docente demandas e desafios; 3.2 Percepções sobre a homossexualidade e suas implicações; 3.3 Direitos da população LGBT, afirmação e negação; 3.4 Expressões da discriminação na escola, o que fazer? 3.5 A escola e o enfrentamento a homofobia.

### **3.1 Formação docente demandas e desafios**

É importante ressaltar que a maioria dos docentes possui formação em Pedagogia, porém, leciona disciplinas variadas, como Matemática, História, Biologia etc. Desta maneira, todos, em algum momento, aproximam-se de temas relacionados à sexualidade humana, devendo sinalizar posturas e debates com seus discentes. Essas questões serão mais bem abordadas na entrevista semiestruturada analisada a seguir.

Outro dado bastante interessante é a ausência da realização de cursos de especializações e pós-graduações pela maioria dos respondentes das entrevistas, Entre os 10 (dez) entrevistados, apenas 02 (dois) possuem especialização em Metodologia e Didática do Ensino Superior, Gestão de Políticas em Gênero e Raça e especialização em Ensino de História. Este fato se torna preocupante, uma vez que a própria dinâmica escolar demanda novos debates e uma formação mais atualizada e inovadora. Todos os respondentes se

declararam católicos, o que influencia bastante suas posturas no que diz respeito à aceitação das orientações sexuais e identidades de gênero divergentes da heterossexualidade. Por se considerarem católicos não praticantes (que não participam frequentemente das doutrinas de sua religião), os mesmos se apresentam de forma mais maleáveis quanto a assuntos sobre a homossexualidade e a homofobia.

O ano de formação dos docentes (de 1999 a 2015) é um dado importante, tendo em vista que os debates e discussões sobre a homossexualidade no contexto escolar se apresentam muito recentemente. Desta maneira, analisou-se como estes profissionais acolhem tal discussão dentro do âmbito escolar e como se colocam perante essas questões.

Nas entrevistas semiestruturadas a primeira questão tratou da formação acadêmica e profissional dos docentes, questionando se os mesmos, durante sua formação, tiveram acesso a disciplinas ou cursos que abordavam temáticas como a homossexualidade, a homofobia, e direitos da população LGBT.

Dentre os respondentes, 07 (sete) alegaram que não tiveram acesso a nenhuma disciplina ou cursos de formação ou extensão que abordavam estes temas, enquanto 03 (três) deles responderam que tiveram acesso a tais conteúdos, porém, sem o aprofundamento necessário, com poucas propostas de discussões e através de experiências vivenciadas e relatadas por colegas.

Ao questionamento acerca da importância de tal assunto durante sua formação, os educadores responderam positivamente, alegando que todos têm direitos iguais e que a discussão destes temas é, em qualquer esfera da sociedade, inevitável. Algumas respostas pontuaram que o debate sobre a homossexualidade levaria os demais sujeitos sociais a respeitarem a orientação da sexualidade do homossexuais, o que se pode observar nos relatos:

Hoje, esse é um tema inevitável de ser discutido em qualquer esfera (Paulo).

Sim. Porque vivemos em uma sociedade com diversidade (Regina).

Claro, porque todos têm direitos, não importa raça, religião ou escolha sexual (Luciana).

Considero importante, porque o tema está sendo recorrente e é como se estivesse ocorrendo uma “epidemia de homossexuais”. Apesar da opção sexual, trata-se de ser humano e como tal, é preciso respeito (Deise).

Sim, para que os educadores possam trabalhar de forma elementos que envolvam o tema e seja possível introduzir o tema de forma a trabalhar tolerância e respeito à escolha de cada ser. Entendo que sexualidade é uma questão pessoal e individual, devendo os demais respeitar a escolha do outro (Ricardo).

A ausência de discussão, na formação docente, de temas que dizem respeito à diversidade sexual é uma considerável carência, precisa ser solucionada, pois as expressões da

diversidade sexual se fazem presentes em todos os ambientes sociais, inclusive na escola. Constantemente, o educador se depara com situações que necessitam de determinados conhecimentos para não agir de forma preconceituosa, discriminatória e negativamente estereotipada. A negação de temáticas como esta, invisibilizando as formas de orientação sexual e/ou identidade de gênero, configura-se como uma forma de homofobia velada, sutil, cuja necessidade de se debaterem questões como estas demonstram-se insignificante, como expressa Borrilo (2010).

### **3.2. Percepções sobre a homossexualidade e suas implicações**

Afirmar que a homossexualidade é uma escolha importa em culpabilizar determinados sujeitos pelas consequências da mesma, ou seja, ao se adotar uma postura de dizer que o sujeito homossexual escolheu vivenciar tais desejos afetivo-sexuais, embutem-se-lhe todas as questões que sejam decorrentes de sua escolha, tais como as situações de preconceito e violência, podendo ser evitadas se estes sujeitos tivessem escolhido a heterossexualidade para vivenciar suas experiências afetivas e sexuais (OLIVEIRA, 2013).

Quando questionados se a homossexualidade era uma opção, orientação, condição ou identidade afetivo-sexual, 07 (sete) docentes responderam que seria uma identidade afetivo-sexual, alegando, ainda, que cada um é livre para realizar suas “escolhas” e que cada ser humano é, desde pequeno, construído com sua identidade pessoal. Um docente respondeu que seria uma condição, por conta da naturalidade com que as coisas acontecem e dois (02) não quiseram se posicionar em relação à questão, afirmando não ter conhecimentos precisos para escolher quaisquer das opções colocadas. É importante ressaltar que 01 (uma) educadora alegou que a homossexualidade era uma doença e um desvio de conduta, enquadrando tal postura em princípios religiosos e doutrinários apreendidos no decorrer de sua vida.

Observa-se que afirmar a homossexualidade como uma identidade sexual advinda da escolha do próprio sujeito é o mesmo que se admitir que este fenômeno seja uma opção. O significado de identidade vai bem além das concepções de opção, orientação e condição, é um termo adotado por naturalizar a homossexualidade tão quanto à heterossexualidade, não havendo necessidade de questionar o surgimento ou “vivência” de tal fenômeno. O termo “identidade sexual” busca tornar tão legítima e natural a homossexualidade quanto a heterossexualidade é vista socialmente (LOURO 2004). Desta forma, Observa-se que a concepção da homossexualidade como identidade sexual, para os docentes, não é sólida. O

conceito sobre a homossexualidade ainda se encontra ligado ao senso comum e a conhecimentos estereotipados.

### **3.3 Direitos da população LGBT, afirmação e negação**

Sobre os direitos conquistados pela população LGBT, como adoção de casais homoafetivos, união estável, utilização do nome social de travestis e transexuais, dentre outros, questionou-se aos docentes se os mesmos concordavam com tais conquistas e o porquê. Dentre os respondentes, 02 (dois) disseram que não concordam com as conquistas de tais direitos, fundamentados em princípios religiosos. Os demais concordaram, porém, alguns condicionaram esta aceitação às transformações sociais e evolução do pensamento social, enquanto outros reafirmaram que todos possuem o direito e a liberdade de escolher sua sexualidade, não devendo este fato ser empecilho para a conquista de tais direitos.

Sim. É chegado o momento que esses tipos de discussão vão deixar de existir porque os espaços estão sendo preenchidos (Paulo).

Sim, estamos passando por um século de inovações e transformações, que deve-se respeitar toda e qualquer pessoa (Marta).

Sim. Pois são pessoas que tem sonhos como qualquer outra e direitos iguais, como ter a liberdade para fazer suas escolhas (Regina).

Sim. Porque todas as pessoas têm a liberdade de escolhas para viver sua própria vida da forma pela qual decidiu viver e ao lado de quem escolheu, com a identidade que quiser ter (Patrícia).

Sim, porque se escolheu/escolheram essa condição para si próprio (Letícia).

Não. Por não existir uma base familiar aceitável para toda a sociedade (Cátia).

Não concordo porque descaracteriza a estrutura familiar criada por Deus, mas entendo que existem crianças que são abandonadas por seus pais e que podem ser acolhidas, amadas e educadas por casais homossexuais (Deise).

Sim, pois os direitos positivados (leis) atendem a todas as realidades e demandas sociais, de modo que sendo o estado laico, devemos saber separar bem nossas concepções religiosas/políticas e pessoas da realidade social. Desde que religada por lei deve ser concedido todos os direitos a esse grupo social (Ricardo).

A aceitação dos direitos da população LGBT, conforme analisamos nas falas dos respondentes, não se apresenta tão naturalmente quanto a aceitação dos direitos dos heterossexuais. Condicionar uma postura de aceitação voltada para as condições mutáveis da sociedade em relação a tais direitos é submetê-los às concepções e formas de pensamento da sociedade. Os direitos que equivalem à população LGBT devem estar assegurados tanto quanto os que equivalem às identidades afetivo-sexuais dos heterossexuais. No ambiente escolar, estes direitos precisam ser vistos como naturais e necessários, pois, ao negar, por exemplo, que um estudante ou docente utilize seu nome social neste espaço, é o mesmo que violar um direito importante e fundamental de tal sujeito.

Questionou-se aos docentes como os mesmos se comportam ao presenciar cenas de afetos entre casais homoafetivos em lugares públicos. Dentre as respondentes, 06 (seis) afirmaram que agem de forma natural, sem qualquer tipo de estranhamento, e os demais afirmaram não estar preparados para tal situação. Um destes alegou que aceita, mas de forma desconfortável, enquanto outra expressou nitidamente o preconceito, ao afirmar que ações como esta se configuram falta de respeito com as pessoas ao seu redor.

Entendo que, apesar dos espaços estarem sendo preenchidos, nós ainda não estamos preparados para algumas situações (Paulo).

Tento de toda forma possível não distinguir, pois penso que cada pessoa tem suas escolhas (Marta).

De forma aceitável, porém ainda desconfortável por parte da sociedade envolvida de forma geral. Acabamos, às vezes, nos permitindo mudar nossa concepção devido ao reflexo preconceituoso da sociedade (Patrícia).

Fico surpresa, impressionada com a falta de respeito para com as pessoas que estão ao seu redor (Deise).

Pode-se compreender que o fato de um respondente mencionar não se sentir incomodado, não significa que ele considera a cena citada como natural. A ausência de naturalização, ao presenciar cenas de afetos entre casais homoafetivos, denota uma intolerância real em relação à homossexualidade. O reconhecimento deste ato como uma afronta ou ameaça aos tidos “bons costumes”, é uma forma de homofobia que alimenta a impossibilidade dos homossexuais vivenciarem livremente seus afetos, tais como os heterossexuais. No ambiente escolar, isto também se apresenta de forma clara, pois situações de carícias ou afetos entre sujeitos do mesmo sexo são tidas como inadmissíveis.

### **3.4 Expressões da discriminação homofóbica na escola, o que fazer?**

Em relação a situações da prática profissional dos educadores, questionou-se o que eles fazem quando um estudante LGBT os procura para informar que foi vítima de violência homofóbica. Todos os respondentes alegaram que ouvem o estudante, e procuram orientá-lo de maneira aberta e consciente. Dois dos entrevistados responderam que, além desta prática, buscam analisar a veracidade dos fatos ocorridos, enquanto 01 (uma) alegou que faz o estudante repensar sobre sua conduta homossexual, buscando induzi-lo a mudar seu comportamento para evitar novas agressões.

Através destes dados, é possível perceber que, embora todos os docentes tenham respondido que procuram orientar a vítima da violência de maneira aberta e consciente, este tipo de orientação se torna algo digno de questionamentos, uma vez que os mesmos responderam anteriormente que não possuem informações necessárias e precisas para

trabalhar com o público LGBT, sentindo-se despreparados para responder tais demandas. Desta forma, questiona-se quais tendências levaram estes sujeitos a mediar tais conflitos.

A ausência de formação e preparo necessário para entender a homossexualidade como um fenômeno tão natural quanto à heterossexualidade, com certeza, deve ser um desafio significativo no processo interventivo destes docentes nas ações de violência homofóbicas que lhes são apresentadas cotidianamente.

Sobre a importância dos pais e das mães estabelecerem um diálogo com seus filhos sobre a homossexualidade, questionou-se qual o papel da escola neste contexto. As respostas dos docentes enfatizaram a importância da escola, articulando o tripé escola, família e estudante no processo de luta contra o preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual.

Sim. Desde que tenham condição emocional para tal (Paulo).

Penso que a escola tem como papel de mediar diálogos entre a família e os alunos (Marta).

Orientar, dar palestras para não haver preconceitos no meio ambiente escolar (Regina).

Acredito ser importantíssimo esse diálogo, mesmo sabendo o quanto seria difícil. Acho viável uma preparação emocional antes por ambas as partes. E a escola ser acolhedora, orientar até onde for possível sem pressionar ou invadir a privacidade de ninguém. Ser um espaço aberto, com pessoas preparadas para lidar com diversas situações possíveis de acontecerem. Criar um ambiente seguro de valores conservados, oferecer palestras sobre o assunto como tantos outros que trabalhe o respeito, valores e os preconceitos em qualquer esfera (Patrícia).

Sim, orientar os pais e o filho (a) na forma que puder (Luciana).

Sim, todos juntos família e escola (Isabela).

Sim, orientar os pais dando apoio e orientação (Letícia).

Sim, diálogo é sempre importante e a escola deve orientar o máximo tanto a família como os alunos (Cátia).

Sim, diálogo sempre. Penso que o papel da escola é mostrar as consequências e os aspectos relacionados ao assunto, dentro do planejamento mesmo, como tema transversal, utilizando, por exemplo, debates, vídeos entre outras metodologias. Além de acolher o estudante sem preconceito (Deise).

Sim, a família é uma pedra fundamental, devendo ficar sempre do lado dos seus filhos. A escola poderia dar um suporte de forma a intermediar uma orientação à família e ao aluno. Contudo, na realidade de nossa escola, ela não possui nem estrutura e equipe humana com formação para essas atividades (Ricardo).

Os respondentes reconhecem os inúmeros desafios que precisam ser traçados no processo educacional e familiar em relação ao preconceito e discriminação da população LGBT, utilizando como estratégias de enfrentamento, nesta luta, o diálogo como arma importante e necessária para remover tabus e estereótipos negativos; o apoio familiar; e a realização de palestras e eventos de sensibilização sobre tais temáticas. Todos estes passos são

importantes, mas não podem ser considerados únicos e dissociados de outros a exemplo da formação dos docentes com temas que abordem o enfrentamento ao preconceito e à discriminação contra os LGBT, promovendo, neste debate, a inserção dos discentes, da escola, da família e da comunidade, bem como estimulando a prática constante de posturas que favoreçam a igualdade social e identitária dos sujeitos.

Analisando a ausência de formação necessária dos respondentes em relação às expressões da diversidade sexual no ambiente escolar, questionou-se se tais educadores sentem-se preparados para trabalhar com o público LGBT. Oito educadores responderam positivamente, mesmo reconhecendo suas limitações e dificuldades, dada a ausência de conhecimento e experiência, necessitando buscar auxílio e capacitação, enquanto 02 (dois) responderam negativamente.

Nunca estamos preparados o suficiente, pois há várias realidades, embora esteja ciente que o respeito deve ser mútuo e recíproco (Marta).

Não. Por não possuir uma base de reflexão adequada para um ambiente e o público.

E os conceitos religiosos implicarem determinadas condutas homossexuais (Cátia).

É mister ressaltar que uma das respostas se detém a necessidade da quebra de conceitos e condutas religiosas para trabalhar com o público LGBT. Por se considerar esta situação como processual, enfatizou-se a importância da elaboração de um plano de intervenção para capacitar, sensibilizar e formar docentes multiplicadores, a fim de que possam alcançar os demais sujeitos sociais do ambiente escolar e, sucessivamente, seus familiares e a comunidade em geral.

Questionados se já presenciaram cenas de violência homofóbica contra LGBT no ambiente escolar, 09 (nove), dentre os dez entrevistados, alegaram que nunca presenciaram nenhuma cena deste tipo, enquanto apenas 01 (um) informou que presenciou uma situação de violência psicológica, tendo como atitude, no momento, a repressão dos sujeitos envolvidos na ação.

A ausência de situações como estas pode ser explicada, tanto pelo receio de alguns sujeitos LGBT exteriorizarem sua sexualidade por meio do medo de sofrer situações de violência, quanto pela própria homofobia sutil, pelo preconceito velado, escondido, mas presente no contexto escolar, por meio de piadinhas, brincadeiras ofensivas e situações constrangedoras. Todas estas situações ajudam a invisibilizar o preconceito e a discriminação contra LGBT tão presentes no contexto escolar e na sociedade em geral.

Sobre a realização de debates e discussões dos docentes acerca da diversidade sexual e de gênero em sala de aula, entre os educadores entrevistados, 05 (cinco) responderam que abordam a temáticas como a homossexualidade, homofobia e outras com seus discentes,

porém, de forma parcial e pontual, utilizando palavras como respeito e naturalidade. Destes 05, uma docente informou que fala sobre a diferença entre homem e mulher, mas não conversa sobre a homossexualidade, por entender que este debate não é aceitável, configurando-se como imposto socialmente.

Costumo falar sobre sexualidade, mostro as diferenças entre homem e mulher, mas, não abordo a homossexualidade. Às vezes o assunto sai de forma natural. Entretanto, é possível que eu comece a abordar o tema, mas não da forma que querem nos impor (Deise).

Os demais respondentes mencionaram que não realizam nenhum tipo de abordagem em relação a assuntos referentes à diversidade sexual com seus discentes (crianças e adolescentes entre 04 e 19 anos), alegando que eles não se encontram abertos e preparados para absorver essas informações. Uma docente alegou que este assunto pode afetar a integridade de algum aluno ou aluna e sua “opção sexual”, configurando-se como constrangedor e inoportuno.

As justificativas utilizadas pelos respondentes em relação à não abordagem da homossexualidade em sala de aula são insuficientes e ratificam a necessidade de intervenção relativa à temática em questão. Não se pode concordar com a alegação de que a idade de 04 a 19 anos configura-se como inapropriada para a abordagem de tais debates sob a justificativa de suas condições de sujeitos em desenvolvimento. Primeiramente, a infância, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, vai até os 12 anos de idade incompletos. O período compreendido dos 12 aos 18 anos refere-se à adolescência. Outra questão a ser analisada é que, logo muito cedo, as pessoas são educadas para ser heterossexuais. Para Borrilo (2010), os primeiros traços de preconceito surgem bem antes da vinda da criança para o núcleo familiar. O desejo de gerar menino ou menina e os preparativos para o nascimento trazem à tona sentimentos e pensamentos que, em algum momento, acabam por causar a preferência em torno da sexualidade. Nesse momento, emergem frases como “tomara que seja uma menina” ou “eu adoraria um menino”. Logo após o nascimento, adaptam-se todos os trajes, bem como brinquedos, decorações e maneira de educar conforme o órgão genital do sujeito.

Dessa maneira, “desde o berço, as cores azul e rosa marcam os territórios dessa *summa divisio* que, de maneira implacável, fixa o indivíduo seja a masculinidade seja a feminilidade” (BORRILLO, 2010, p. 2). Pensar que aquele sujeito possa desenvolver desejos homoafetivos por pessoas do mesmo sexo durante a sua vida é uma afronta e uma falta de respeito a todos, como se a homossexualidade fosse uma realidade distinta e longe, não tendo que ser enfrentada, considerada, por muitos, como um perigo, uma ameaça e até uma maldição.

Esta forma de pensar também é trazida por Oliveira (2013), quando afirma que:

O indivíduo ao nascer já encontra toda uma atmosfera que o espera, como uma espécie de expectativa que o conduz a certo tipo de comportamento, a exemplo do enxoval azul para os meninos e rosa para as meninas, ou ainda os brinquedos, etc. Isso demonstra que os códigos são apreendidos e inscritos nas consciências e, ao longo do tempo podem sofrer modificações ou se reestruturam em novas configurações. Ao incorporar a norma a partir do sexo, o gênero tende a construir uma performance social. Uma forma que caracteriza o sujeito em seu grupo, no padrão preestabelecido, com identidade e características próprias, ou seja, jeitos e trejeitos apropriados ao campo de visão dos demais membros da sociedade (OLIVEIRA, 2013, p.43).

O autor afirma ainda que, desde cedo, a criança já é educada de forma padronizada, com cores, brincadeiras, jeito de sentar, falar, andar, até mesmo, para urinar apropriado para cada sexo. Ultrapassando o viés familiar, o autor também se refere aos diversos indivíduos que fazem parte das fases de vida do homem como corresponsáveis em alimentar concepções preconceituosas, demonstrando uma postura heteronormativa. Neste sentido, não só os pais assumem o papel fiscalizador, mas também a comunidade em geral vai policiando a identidade sexual do sujeito, sempre deixando bem claro o que pertence a cada sexo. (OLIVEIRA, 2013).

Dessa forma, meio que mascarado, o preconceito se faz presente em todas as etapas da vida do sujeito homossexual em diferentes locais e tempos. Ou seja, os debates acerca da diversidade sexual não podem ser iniciados depois do processo de formação do sujeito, ou ser considerado como desnecessário ou inadequado para alguns públicos e para outros não, uma vez este um fenômeno que perpassa por todas as fases da vida dos sujeitos.

### **3.5 A escola e o enfrentamento a homofobia**

Em outro questionamento, perguntou-se aos docentes como a escola deveria lidar com questões relacionadas à diversidade sexual. Três (03) docentes responderam que este tema deveria ser abordado abertamente, pois todos têm direitos iguais. Outros 04 (quatro) informaram que é um tema que deve ser discutido com consciência e sabedoria, sinalizando a sua falta de discussão e inserção no campo educacional, enquanto 03 (três) sugeriram a realização de palestras, exibição de vídeos, dinâmicas e a inserção de profissionais da área da psicologia na escola para trabalhar com este assunto.

Com total respeito e aceitação, pois é um ambiente que engloba uma grande diversidade de pessoas, devendo, assim, possui debates e palestras que abrangem esses assuntos (Cátia).

É como falei anteriormente, trabalhar através de debates, vídeos, dinâmicas, palestras ou outras metodologias (Deise).

Deveria toda escola ter um psicólogo, um profissional capaz de trabalhar com a diversidade sexual (Ricardo).

É interessante analisar que as sugestões referentes à forma de a escola debater as questões relacionados à diversidade sexual foram pouco pontuadas, denotando uma ausência de conhecimento necessário sobre tal questão que impossibilita que os docentes sugiram formas e maneiras de trazer este debate para dentro dos muros da escola. Entre as respostas, é necessário frisar o reconhecimento da necessidade de profissionais como psicólogos no trabalho com este tema no contexto educacional. Além destes, os assistentes sociais e o pedagogos podem contribuir bastante, não apenas no processo de informação e sensibilização destes casos, como também nas demandas relacionadas ao atendimento e acompanhamentos de situações de violência contra a população LGBT.

Há um bom tempo existe o debate sobre a criminalização em relação às formas de discriminação contra expressões de sexualidade que diferem dos padrões heterossexuais. Tendo em vista que a escola também é uma instituição formadora de opiniões e conceitos, questionou-se aos docentes se a homofobia deveria ser criminalizada no Brasil. Dentre os respondentes, 08 (oito) alegaram que sim, apontando que todos são independentes para realizar suas “escolhas”, e como uma forma de punir os agressores deste tipo de violência.

Sim. Sou contra qualquer forma de preconceito. As pessoas são independentes para fazer suas escolhas (Regina).

Sim, todos têm o direito de escolha, tal como deve ser respeitada. Pois, temos o direito de ir e vir, fazendo nossas escolhas (Marta).

Sim. Sou contra qualquer forma de preconceito. As pessoas são livres para fazerem suas próprias escolhas e optarem a viverem a vida como desejarem e quiserem (Patrícia).

Com certeza, porque desrespeitar o ser humano em qualquer situação é crime (Luciana).

Sim, porque a homofobia quando é tratada de forma violenta tem que ser punida (Isabela).

Sim, pois todos têm direitos de livres escolhas (Letícia).

Sim, pois são apresentados diversos casos de agressões físicas e psicológicas aos LGBTs, afetando, excessivamente, a vida pessoal ou até profissional do agredido (Cátia).

Sim, deveria. Isso pode inibir alguns mais preconceituosos e é uma forma daqueles que se sentirem ofendidos pleitear uma punição para os agressores (Ricardo).

Os respondentes não se posicionaram de forma confusa, deixando a entender que a homossexualidade é digna de culpa e de aceitação ou não da sociedade, criminalizar a homofobia seria o mesmo que desrespeitar a opinião daqueles que não aceitam a homossexualidade.

Não. Precisa ser esmiuçada em todas as esferas da sociedade (Paulo).

Não. Porque cada pessoa tem direito a concordar ou não com a homossexualidade. Agora o que não pode é partir para agressão física (Deise).

A grande maioria dos respondentes se colocou a favor da criminalização da homofobia, mostrou a homossexualidade como uma escolha, fator este já debatido aqui que submete os homossexuais a sentirem-se culpados por terem a opção de escolher vivenciar desejos e afetos conforme os padrões heterossexuais, porém optaram por um caminho diferente e inaceitável neste contexto.

É importante ressaltar que a instituição escola ainda se encontra muito longe do ideal de igualdade afetiva-sexual que debatemos, longe de todas as formas de preconceito e discriminação contra as expressões de sexualidade que diferem dos padrões heterossexuais. O desafio é árduo e gigantesco, mas é necessário a sociedade se manter firme e ativa neste processo de reconstrução de conceitos e princípios. O papel da escola vai além do processo de ensino e aprendizado, perpetrando a vida dos sujeitos e reorganizando seus pensamentos, conceitos e ideias na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

#### 4 PLANO DE INTERVENÇÃO

Foi construído um Plano de Intervenção Educacional a partir das demandas que apareceram nas observações realizadas na instituição escolar e nas análises dos dados dos respondentes. Dentre elas, destacam-se:

- ✓ A ausência de informação sobre temáticas relacionadas à diversidade sexual, homofobia e assuntos correlatos no período de formação profissional causando um desconhecimento do assunto para com os docentes;
- ✓ Situações que apresentam preconceito de forma sutil e manifesto em relação à diversidade sexual por conceitos e estereótipos criados e alimentados socialmente;
- ✓ Ausência de atividades que objetivem debates de temas relacionados à diversidade sexual e à homofobia no ambiente escolar;
- ✓ Falta de atitude dos docentes ao presenciar situações de violência homofóbica com seus estudantes no ambiente escolar;
- ✓ Desconhecimento dos docentes sobre os verdadeiros conceitos referentes à homofobia, diversidade sexual e temas correlacionados;
- ✓ Solicitação de realização de eventos e momentos de debates que enfatizem a relação família/escola no enfrentamento à homofobia;
- ✓ Visão equivocada da homossexualidade e das identidades de gênero que diferem dos padrões heteronormativos, como pecado, doença ou desvio de conduta;
- ✓ Ausência de conhecimento sobre o papel da escola no enfrentamento às várias formas de preconceitos e/ou discriminações em relação à diversidade sexual.

O projeto de intervenção educacional possui como objetivo geral: Orientar o corpo docente da Escola Municipal Argentina para trabalhar com as questões do preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual na escola. E tem como objetivos específicos:

- ✓ Apreender as concepções dos docentes sobre o preconceito e a discriminação homofóbica dentro do contexto escolar;
- ✓ Proporcionar momentos de debates e discussões sobre temáticas em relação à diversidade sexual, homossexualidade e homofobia com os docentes para orientá-los e esclarecer dúvidas sobre o assunto;
- ✓ Promover capacitações e cursos para os docentes buscando, prepará-los para trabalhar com tais demandas no seu cotidiano profissional.

As propostas de intervenção aqui em destaque justificam-se, tanto pelas observações realizadas na instituição escolar, quanto pelas análises das entrevistas aplicadas a 10 (dez) docentes da instituição, nas quais foram expostas várias situações e demandas que necessitariam de uma intervenção para resolver tais problemáticas.

Todas as ações serão norteadas pelos resultados encontrados na análise de dados e nas observações realizadas no contexto escolar, respeitando as condições necessárias para sua aplicabilidade na realidade da instituição aqui em destaque. Todas as ações deverão ser desenvolvidas dentro do ambiente escolar para que, desta forma, reforcem a consciência do papel da escola neste processo de busca pelos direitos humanos.

No que diz respeito à metodologia, a proposta de intervenção será dividida em quatro momentos distintos. No primeiro momento, serão realizadas palestras com temas sobre a diversidade sexual, homofobia, homossexualidade, dentre outros, objetivando ampliar este debate com os docentes e abrir espaços para discussões e análise dos participantes. No segundo momento, serão realizadas oficinas que buscam trabalhar com as artes (teatro, música e dança), a fim de trazer à tona o discurso das referidas temáticas com o propósito de fazer com que todos participem da atividade e construam e desconstruam preconceitos e estereótipos próprios em relação às formas de sexualidade que diferem da heterossexualidade. No terceiro momento, serão ofertados cursos de sensibilização sobre a importância da luta contra a homofobia dentro do ambiente escolar para todos os docentes, objetivando contribuir com o processo de formação continuada de cada educador, estendendo-se tais contribuições aos docentes. No quarto momento, a proposta da intervenção ultrapassa o seu público alvo, atingindo os discentes da instituição. Neste último momento, todos os docentes que participarão dos dois primeiros momentos da intervenção (com exceção do terceiro que será realizado no prazo de tempo mais estendido e também servirá como meio de debates sobre o quarto momento), serão convidados a elaborar atividades com seus discentes que visem abordar as questões do preconceito e da discriminação homofóbica dentro da escola. Essa atividade pode acontecer da forma que os discentes elaborarem e suas experiências devem ser debatidas no curso de sensibilização realizado no período de tempo superior às demais atividades. O objetivo das ações ora propostas se configura em formar multiplicadores do conhecimento em relação aos direitos LGBT e o enfrentamento à homofobia.

A proposta de intervenção deste projeto objetiva trabalhar as interfaces da homofobia no contexto escolar de forma a enfrentar todas as formas de preconceito e discriminações contra a população LGBT. O primeiro momento da intervenção busca, através da realização

de palestras e debates com os docentes sobre temas relacionados à diversidade sexual, homossexualidade, homofobia e temas correlacionados, trazer estes assuntos para discussão para que, desta forma, tabus, conceitos negativos e estereótipos distorcidos em relação às pessoas, que vivenciam sua sexualidade diferente das regras heterossexuais impostas socialmente, são tratadas.

A explanação destas temáticas visa “por na roda” questões não discutidas pelos sujeitos sociais, dignas de serem revistas e criticadas, como por exemplo, a visão da homossexualidade como ato promíscuo, pecaminoso ou doentio. Objetiva-se, ainda, ouvir os docentes nos seus pontos de vista e trabalhar seus conceitos sobre tais temáticas para, a partir de então, sensibilizar tal categoria na luta pelo enfrentamento à homofobia ou quaisquer outro tipo de preconceito ou discriminação.

O objetivo do segundo momento com a realização das oficinas está diretamente ligado à questão da prática profissional, da ação, onde o trabalho com atividades participativas busca despertar nos docentes seu compromisso no enfrentamento da violência no ambiente escolar, tratando aqui a homofobia como uma questão social, a qual todos possuem o dever de enfrentar. A utilização das artes como teatro, música e dança objetiva passar mensagens pouco discutidas e debatidas entre os docentes e demais sujeitos envolvidos de forma a causar certa intimidade com o tema, estratégia capaz de eliminar as possíveis resistências em relação ao mesmo.

O terceiro momento da intervenção, realizado com a oferta de cursos de sensibilização sobre a importância da luta contra a homofobia dentro do ambiente escolar para todos os docentes, busca justamente fazer com que tudo que foi trabalhado nos dois momentos anteriores possa ter continuidade. Tais cursos acontecerão no prazo de 03 (três) meses com um total de 14 (quatorze) encontros/reuniões, nos quais serão debatidos assuntos que poderão ser aprofundados a exemplo do papel da escola e da família no enfrentamento à homofobia e à homossexualidade; da formação docente e; da diversidade sexual.

O quarto momento, que diz respeito ao desafio dos educadores em levar para a sala de aula, em forma de propostas interventivas, maneiras de abordar o preconceito e a discriminação homofóbica na escola, objetiva demonstrar aos professores e alunos o papel da escola no enfrentamento à homofobia, além de apresentar-se como um momento de grande troca de experiências e vivências capazes de trazer contribuições importantes neste processo de busca pela igualdade dos sujeitos.

Todas as etapas do projeto de intervenção educacional, “Homofobia na escola: as interfaces do preconceito e da discriminação com a diversidade sexual”, serão destacadas detalhadamente abaixo. Aproveitamos para ressaltar que as condições de execução da mesma conforme as possibilidades da instituição e os resultados obtidos nas observações institucionais e nas entrevistas com os docentes foram levadas estritamente em consideração, servindo como bússola norteadora para a construção das mesmas:

#### **4.1 Detalhamentos das Ações do Plano de Intervenção Educacional**

##### **1º Momento: Realização de Palestras e Debates**

Este momento será realizado através de um evento com todo o corpo docente da Escola Municipal Argentina durante dois turnos, conforme a programação destacada abaixo:

- ✓ Abertura do evento com composição da mesa de convidados e apresentação das propostas do mesmo;
- ✓ Palestra com profissionais pesquisadores das áreas das ciências humanas ou ciências sociais aplicadas (exemplo: assistentes sociais, professores, psicólogos, antropólogos, sociólogos), sobre a diversidade sexual na escola: desafios e conflitos. Tal palestra visa apresentar a escola como um ambiente multidimensional em que a presença da diversidade sexual é um fato constante e que deve ser levado em consideração. Serão abordados, ainda, relatos de experiência de educadores sobre suas experiências com a população LGBT no contexto escolar, os desafios que devem ser enfrentados na atualidade e os conflitos internos e externos que esses sujeitos vivenciam cotidianamente.
- ✓ Debate com todos os participantes, oportunizando a troca de experiências e a abertura para perguntas e respostas.
- ✓ Palestra “A homossexualidade no contexto escolar: da invisibilidade ao processo de busca por direitos”. Nesta palestra, busca-se apresentar toda a trajetória da homossexualidade na sociedade, tentando desconstruir tabus, preconceitos e estereótipos equivocados relacionados à orientação sexual e identidade de gênero que diferem dos padrões heterossexuais. A palestra abordará, ainda, o binarismo da homossexualidade entre as práticas homofóbicas que tentam invisibilizar estes sujeitos do meio social e a busca por direitos iguais dos mesmos, considerando a instituição escola como bastante importante em todo este processo de luta pela emancipação e autonomia dos sujeitos sociais.

- ✓ Debate com todos os participantes, oportunizando a troca de experiências e a abertura para perguntas e respostas.
- ✓ Palestra “O *bullying* homofóbico e o papel da escola”. Nesta palestra, será discutida a homofobia no conceito de *bullying* dentro do ambiente escolar, maneiras e formas de expressão, como enfrenta-lo etc.
- ✓ Debate com todos os participantes, oportunizando a troca de experiências e a abertura para perguntas e respostas.
- ✓ Palestra “A escola na luta pela garantia dos direitos LGBT”. Nesta palestra, serão abordados temas relacionados aos direitos da população LGBT conquistados, a exemplo da adoção de crianças por casais homoafetivos, união estável, utilização do nome social de travestis e transexuais, dentre outros e os direitos ainda não conquistados a exemplo da criminalização da homofobia. O objetivo da palestra é debater sobre tais temáticas, mostrando a importância da escola neste processo de legitimidade de tais direitos, observando que se a escola não os reconhece e se torna uma instituição onde tais direitos não são vistos como necessários e importantes, a mesma nega-o e os viola de forma indireta.
- ✓ Debate com todos os participantes, oportunizando a troca de experiências e a abertura para perguntas e respostas.

**2º Momento: Realização de Oficinas participativas com os docentes envolvendo as artes (teatro, música e dança);**

Este segundo momento se subdivide em dois turnos de atividades. No primeiro turno, os docentes são convidados a assistirem apresentações de teatro, música e dança sobre o tema diversidade sexual na escola. A apresentação pode ser realizada de forma distinta, em que cada arte (teatro, música e dança) se apresente separadamente ou em conjunto (tipo musical).

Todas as apresentações devem fazer referência a uma reflexão crítica sobre a diversidade sexual na escola e a homofobia de forma a trazer em suas cenas experiências deste tipo de violência no ambiente escolar, sugerindo formas de intervenções neste contexto. É interessante que as cenas possam ser realizadas em momentos separados de intervalos onde inicialmente se trabalhará a presença da diversidade na escola e a homofobia, abrindo em seguida um debate com os docentes sobre este assunto, e, na sequência, nas próximas cenas as experiências de casos do *bullying* homofóbico e suas formas de intervenção, analisando-se o papel da escola neste contexto.

Este momento ainda contará com a participação dos docentes quando, de forma direta, todos serão convidados a participarem das cenas, como das canções parodiadas (que podem ser compostos pelos mesmos), e das coreografias sugerindo maneiras de intervenções em relação às violências encenadas no ambiente escolar. Essa atividade tenta fazer com que todos os docentes se retirem de suas posições de “plateia” e passem a sentir-se “atores” fundamentais neste processo de luta e de enfrentamento à homofobia e às demais formas de preconceito e discriminações contra a diversidade sexual no ambiente escolar.

### **3º Momento: Realização de cursos de Sensibilização sobre a diversidade sexual na escola e a homofobia.**

Como já explanado anteriormente, este curso possui a durabilidade de 03 (três) meses com um total de 14 (quatorze) reuniões, possuindo dois facilitadores (de preferência que sejam pesquisadores das temáticas trabalhadas ou possuam experiência profissional com o público LGBT), tendo como um de seus objetivos estender o processo de formação dos docentes sobre as referidas temáticas, entendendo que as questões que dizem respeito à diversidade sexual, homossexualidade, homofobia e temas correlatos não podem ser esgotadas em momentos breves e pontuais. O trabalho com a desconstrução de conceitos, estereótipos e tabus deve ser feito de forma minuciosa e detalhada, uma vez que as normas heterossexuais impostas socialmente são apreendidas desde o período de gestação do bebê com a conduta de seus trajes e comportamentos regidos pela sua genitália.

Outro objetivo deste curso é abrir espaços para que os docentes possam partilhar suas experiências de intervenção junto aos discentes da instituição sobre o enfrentamento à homofobia no ambiente escolar que faz parte do quarto momento das atividades.

O curso será realizado com suas reuniões uma vez por semana no próprio ambiente escolar com durabilidade de 02 (duas) horas cada encontro, onde vários temas serão explanados, abrindo para momentos de debates e discussão entre todos.

Segue abaixo a programação sugestiva da realização das reuniões, sujeita a alterações, conforme as demandas apresentadas no cotidiano do curso.

## **4.2 Metodologia dos Encontros/Reuniões do Curso de Sensibilização sobre a diversidade sexual na escola e a homofobia.**

### **Primeiro Encontro/Reunião**

**Tema:** Diversidade Sexual na escola: conhecendo diferenças rompendo preconceitos.

**Objetivo:** Trabalhar a questão da diversidade na escola contextualizando com as experiências vivenciadas pelos docentes, entendendo a instituição escolar como meio importante de acolhimento da diversidade sexual e protagonista no processo de enfrentamento às várias formas de preconceito e discriminação.

**Atividades:** Exibição do vídeo da série: Globo Educação: Diversidade sexual na escola, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CKcFSD-Sx4o>.

Debate sobre os conteúdos abordados no vídeo;

Palestra sobre o tema com os facilitadores com abertura para debate e troca de experiências.

**Recursos:** Data show, computador e outros.

**Avaliação:** Realizada de forma aleatória e dinâmica durante e nos finais das atividades com as observações e falas dos participantes.

### **Segundo Encontro/Reunião**

**Tema:** Homofobia: Conceitos e Dilemas

**Objetivo:** Trabalhar os conceitos de homofobia suas formas e maneiras de se apresentar no cotidiano da vida dos sujeitos sociais de forma a desconstruir conceitos e estereótipos negativos em relação ao enfrentamento deste fenômeno.

**Atividades:** Exibição do vídeo Homofobia é Crime: <https://www.youtube.com/watch?v=9C2fBxcjIIo>.

Palestra sobre o assunto com os facilitadores e abertura para debate em seguida.

**Recursos:** Data Show, Computador e outros.

**Avaliação:** Realizada de forma aleatória e dinâmica durante e nos finais das atividades com as observações e falas dos participantes.

### **Terceiro Encontro/Reunião**

**Tema:** O papel da escola no enfrentamento ao *bullying* homofóbico.

**Objetivo:** Trabalhar o *bullying*, seus conceitos e percepções e o *bullying* homofóbico dentro do contexto escolar como forma de discriminação contra a diversidade sexual neste cenário.

**Atividades:** Exibição do vídeo: Escola e homofobia disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ypHzQj8f-Wo>.

Palestra sobre a temática com facilitadores, utilização de encenações de teatro com os participantes sobre situações de *bullying* homofóbico no contexto escolar, buscando exemplificar e tratar de forma clara e objetiva o tema.

**Recursos:** Data Show, computador e outros.

**Avaliação:** Realizada durante todo o encontro/reunião através das observações dos facilitadores e participação ativa dos participantes.

#### **Quarto Encontro/Reunião**

**Tema:** Formação docente e diversidade sexual

**Objetivo:** Enfatizar os conceitos de orientação sexual, identidade de gênero, tipos de sexualidade (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade), entre outros, reconstruindo conceitos e desfazendo tabus e estereótipos negativos sobre as expressões de sexualidade que diferem da cultura heterossexual. Pretende-se capacitar os docentes sobre tais temáticas e discutir a importância das mesmas em seu processo de formação profissional.

**Atividades:** Exibição do vídeo: Gênero diversidade e direitos humanos, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f90LkxpoAtY>.

Realização de palestra sobre o tema abordado com abertura para debates e troca de experiências com todos os participantes.

**Recursos:** Data show, computador, som, outros.

**Avaliação:** Realizada de forma processual durante a execução das atividades do grupo em forma de observações e perguntas semiestruturadas.

#### **Quinto Encontro/ Reunião**

**Tema:** A orientação sexual e a identidade de gênero dentro do contexto familiar.

**Objetivo:** Debater as formas de orientação sexual e identidade de gênero LGBT dentro do âmbito familiar de forma clara e aberta para debates e discussões.

**Atividades:** exibição do vídeo “Não gosto de meninos”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ij9baks8i64>, ou filme “Orações para Bobby”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qprpqngVVuY>.

Caso seja exibido o primeiro vídeo, faz-se necessária uma explanação sobre os conceitos básicos trabalhados no mesmo, ouvindo as considerações e análises de todos os participantes. Se o segundo vídeo for escolhido para trabalhar à temática, devido a sua extensão, faz-se necessário articular o debate para um próximo encontro.

**Recursos:** Data show, Computador, Som.

**Avaliação:** Realizada de forma indireta com as observações dos facilitadores durante a execução das atividades.

#### **Sexto Encontro/ Reunião**

**Tema:** Direitos LGBT: cenário de conquistas e lutas.

**Objetivo:** Debater os direitos da população LGBT, buscando sensibilizar os docentes sobre a necessidade em reconhecer tais direitos, fazendo com que a escola, como instituição educacional, promova tais direitos em favor da igualdade social de todos os sujeitos.

**Atividades:** Apresentação de Slides sobre os principais direitos LGBT conquistados, a exemplo da união estável de casais homoafetivos, utilização do nome social de travestis e transexuais, pensão por morte etc, bem como os direitos que ainda não foram conquistados pela população LGBT, a exemplo da criminalização da homofobia e alguns direitos civis e sociais.

**Recursos:** Data Show, Computador e outros.

**Avaliação:** Realizada durante todo o encontro/reunião, através das observações dos facilitadores e participação ativa dos participantes.

### **Sétimo Encontro/ Reunião**

**Tema:** Escola, Família e homossexualidade.

**Objetivo:** Compartilhar experiências de forma a desconstruir a homossexualidade como uma questão que se encontra longe da realidade escolar e familiar, trabalhar o processo de sensibilização e quebra de preconceitos e estereótipos negativos sobre o assunto aqui em destaque.

**Atividades:** Realizar uma roda de depoimentos de pais de filhos homossexuais sobre suas experiências no processo de descoberta da sexualidade de seus filhos e dos LGBT em relação às dificuldades encontradas no seu processo de formação educacional, articuladas às várias formas de preconceito e discriminação vivenciadas pelos mesmos dentro do contexto educacional, visando analisar como a família, escola e LGBT buscava enfrentar a homofobia.

**Recursos:** Computador, som e outros.

**Avaliação:** Realizada por todos os participantes ao final do encontro/reunião enfatizando suas impressões e concepções sobre o momento vivenciado.

### **Oitavo Encontro/ Reunião**

**Tema:** Homofobia em Sergipe: relatos de experiências da violência contra LGBT.

**Objetivo:** Demonstrar, através dos LGBT vítimas de violência homofóbica, a realidade do Estado de Sergipe em relação às formas de discriminação contra essa população e as possibilidades de intervenção e resolutividade destes casos, articulando a escola como uma instituição responsável em enfrentar todas as formas de desigualdade social.

**Atividades:** Realizar uma mesa redonda com LGBT que sofreram violências decorrentes da sua orientação sexual e ou identidade de gênero no Estado de Sergipe, relatando suas experiências, encaminhamentos realizado pelos órgãos públicos e forma de enfrentamento do estado neste contexto. Exibição do vídeo: Crime Homofobia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UFUK-Sizy9k>.

**Recursos:** Data Show, Computador, som e outros.

**Avaliação:** Realizada no final do debate com as observações de todos os participantes e convidados.

#### **Nono Encontro/ Reunião**

**Tema:** Trajetória da homossexualidade no imaginário social.

**Objetivo:** Identificar as fases da homossexualidade no decorrer da história, seus conceitos, práticas e formas de ser reconhecidas socialmente, constatando-se que as denominações de certo ou errado foram mutáveis no decorrer do tempo de acordo com diversos aspectos sociais, culturais, religiosos etc.

**Atividades:** Exibição do vídeo: Homossexualidade na história da humanidade, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=90fRucgETSo>. Em seguida, palestra sobre a temática, abrindo momento de debates.

**Recursos:** Data Show, computador e outros.

**Avaliação:** Realizada durante todo o encontro/reunião, através das observações dos facilitadores e participação ativa dos participantes.

#### **Décimo Encontro/ Reunião**

**Tema:** Oficina metodológica formativa para trabalhar com a homofobia

**Objetivo:** Capacitar os/as docentes de forma técnica-metodológica para trabalhar em casos de atendimentos a situações de violência homofóbica, dentro e fora dos muros da escola, visando prepará-los para promover debates e oficinas sobre a temática para seus discentes.

**Atividades:** Simular situações de agressões físicas, psicológicas e outras, demonstrando as formas e maneiras de atendimento e intervenção nestes casos, orientando sobre seus possíveis encaminhamentos e formas de mediação de conflitos. É importante salientar que esta oficina deve ser ministrada por facilitadores da área das ciências sociais, a exemplo de assistentes sociais e psicólogos que tenham experiências, ou seja, pesquisadores do assunto, pois a mesma tem como objetivo auxiliar os docentes a sentirem-se mais seguros diante de situações que demandem sua intervenção profissional, porém, reconhecendo que cada caso possui suas particularidades, não podendo ser trabalhados de forma unânime e padronizada. Neste

encontro/reunião, busca-se a troca de informações precisas e necessárias no atendimento a LGBT, evitando, assim, a (re)vitimização destes sujeitos, percebendo que a escola é um campo fértil de situações de violação de direitos da população LGBT e a ausência de informações necessárias no atendimento destes sujeitos impossibilita o acesso e permanência dos mesmos em seu processo educacional.

**Recursos:** A definir, de acordo com a metodologia utilizada pelos facilitadores.

**Avaliação:** Realizada pelos facilitadores após a observação da participação dos docentes.

### **Décimo Primeiro Encontro/ Reunião**

**Tema:** Troca de experiências com as intervenções dos docentes em sala de aula

**Objetivo:** Partilhar as experiências promovidas pelos docentes com seus discentes em sala de aula em relação às atividades sobre a diversidade sexual.

**Atividades:** Este encontro/reunião tem como foco principal a troca de experiências dos docentes em relação às atividades realizadas com seus discentes, referentes a temas como diversidade sexual na escola, homofobia, homossexualidade etc, propostos em uma das etapas anteriores à elaboração deste plano de intervenção. As apresentações devem ser realizadas de forma dinâmica e objetiva, enfatizando as contribuições que tais experiências trouxeram para a vida dos participantes, bem como os desafios e demandas apresentadas na execução das atividades.

**Recursos:** A critério de cada participante da atividade.

**Avaliação:** Realizada pelo facilitador no final das apresentações, destacando pontos positivos e negativos dos relatos dos participantes.

### **Décimo Segundo Encontro**

**Tema:** Políticas públicas e Projeto Político Pedagógico: instrumentos fundamentais no enfrentamento ao preconceito e à discriminação.

**Objetivo:** Trabalhar as políticas públicas no atendimento à população LGBT e o projeto político pedagógico da educação brasileira, especificando a realidade da escola em questão, como estratégias importantes e necessárias no enfrentamento à homofobia no ambiente escolar.

**Atividades:** Palestra sobre o assunto e debate, aprofundando-se em relação ao Projeto Político Pedagógico Escolar da instituição, avaliando suas contribuições no enfrentamento à violência homofóbica no contexto educacional. Exibição da reportagem Homofobia até quando? Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gNgNUF8Hjvs>.

**Recursos:** Data Show, Notebook, som etc.

**Avaliação:** Realizada durante todo o encontro/reunião através das observações dos facilitadores e participação ativa dos participantes.

#### **Décimo Terceiro Encontro**

**Tema:** Livre para escolha do grupo ou de seus facilitadores, conforme demandas analisadas no cotidiano das atividades.

**Objetivo:** Realizar um encontro/reunião de acordo com as demandas dos docentes, enfatizadas em todo processo de formação e capacitação grupal.

**Atividades:** Esta atividade será desenvolvida a partir das observações realizadas pelos facilitadores dos encontros/reuniões anteriores e das sugestões dos docentes em relação a assuntos e questionamentos que ainda necessitem ser abordados neste curso. As atividades e metodologia adotadas serão construídas a partir destes critérios.

**Recursos:** A definir, conforme metodologia adotada pelo facilitador.

**Avaliação:** Realizada durante todo o encontro/reunião, através das observações dos facilitadores e participação ativa dos participantes.

#### **Décimo Quarto Encontro**

**Tema:** Avaliação do curso e Relato de Experiências.

**Objetivo:** Avaliar todo o curso, refletindo sobre os pontos positivos e negativos, observando suas contribuições no processo de formação, capacitação e sensibilização dos docentes em relação às temáticas abordadas.

**Atividades:** Debate com todos, questionando sobre as contribuições de todo o curso.

**Recursos:** A definir, conforme metodologia adotada pelo facilitador.

**Avaliação:** Realizada durante todo o encontro/reunião, através das observações dos facilitadores e participação ativa dos participantes.

## 5. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES<sup>1</sup>

ATIVIDADES	PERÍODO					
	2015					
	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Levantamento bibliográfico e pesquisa documental	X	X	X	X		
Realização de diagnóstico na escola, com observações		X	X			
Entrevistas e transcrições		X				
Organização e categorização dos dados			X			
Análise dos dados			X			
Construção do Plano de Intervenção Educacional			X	X		
Revisão Final do Texto					X	
Defesa do Plano de Intervenção Educacional						X

### 5.1 Cronograma de Ações do Projeto de Intervenção

AÇÕES	ATIVIDADES	PERÍODO	
1º Momento:	Realização de Palestra e Debates	Dias	Meses
		01	00
2º Momento:	Realização de Oficinas participativas com os docentes, envolvendo as artes (teatro, música e dança);	Dias	Meses
		01	00
3º Momento:	Realização de cursos de Sensibilização sobre a diversidade sexual na escola e a homofobia.	Dias	Meses
		14 dias	03 Meses

<sup>1</sup> Para um melhor entendimento do leitor, foram construídas duas tabelas de cronogramas. A primeira diz respeito às atividades e períodos gastos para a idealização, elaboração e finalização do Plano de Intervenção Educacional. A segunda contém as ações e períodos necessários para a realização da intervenção, divididos em ações conceituadas em dias e meses. As duas primeiras ações demandam apenas 01(um) dia completo para sua execução. Já a terceira demanda 03(três) meses, no total de 14 dias de reuniões e encontros.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível verificar-se que os respondentes das entrevistas possuem diversas dificuldades no trabalho com as expressões da diversidade sexual na escola, principalmente no que tange à população LGBT. A ausência de informações básicas no processo de formação acadêmica e profissional, os conceitos, os estereótipos negativos, a influência dos princípios religiosos, culturais e tradicionalistas, bem como a carência de debates e convivência com o público LGBT, entre outras questões, acarretam diversas consequências para os docentes da Escola Municipal Argentina. Entretanto, pode-se salientar que esta não é uma realidade apenas da escola Argentina, visto que é possível identificar tal realidade em outras comunidades, reforçando a necessidade e a importância de uma intervenção sistemática e eficaz neste processo de enfrentamento à homofobia e às formas de preconceito e discriminação com a diversidade sexual.

Todo este cenário leva o corpo docente da instituição aqui em pauta a demonstrar preconceitos de forma sutil, cujos comportamentos são manifestados contra a população LGBT, demandando ações de intervenções capazes de sensibilizar tais sujeitos no processo de desconstrução de conceitos e comportamentos e construção de novos, capazes de transformá-los em multiplicadores das ações de luta e enfrentamento ao preconceito e à discriminação homofóbica, no ambiente escolar e na sociedade em geral.

Espera-se que, com a execução deste Plano de Intervenção Educacional, ao menos 90% dos seus participantes obtenham êxito na participação da proposta e contribuam, de forma direta, junto ao corpo discente, com ações de combate e resistência a todas as formas de preconceito e discriminação relacionados à diversidade sexual no ambiente escolar, de modo a provocar novas ações que possam ultrapassar os muros da escola, alcançando as diversas outras instituições sociais, a exemplo da família.

Entendemos que o enfrentamento ao preconceito e a discriminação contra a diversidade sexual na escola, especificamente as demandas advindas da população LGBT, não se resumem nem se esgotam nas ações pontuadas neste Plano de Intervenção Educacional. Todas as propostas aqui sinalizadas são consideradas caminhos que devem ser alargados e percorridos por diversas outras ações e sujeitos sociais. É imperioso salientar que, para a construção deste modelo de Plano de Intervenção, foram levadas em consideração a realidade e as condições concretas para sua execução na escola aqui em destaque. Porém, inúmeras outras ações e modos de se trabalhar o enfrentamento ao preconceito e à discriminação

homofóbica nas escolas podem e devem ser adotados, tendo em vista que este processo se configura como uma construção minuciosa e bastante desafiadora.

Com vistas à construção de um ambiente escolar capaz de acolher, formar, educar e capacitar seus sujeitos como cidadãos, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero, é preciso entender que o que se apresenta como diferente, a partir de um viés formal e estrutural (pois, a diferença só aparece quando se compara o que se analisa como diferente de algo que se tem como modelo correto a ser seguido), não se configura como barreira, mas como riqueza, que deve ser valorizada e bem vinda, sempre. Avalia-se que a escola também deve ser uma promissora de luta e enfrentamentos, na busca pela igualdade e dignidade de todos, e que a homofobia é um fenômeno que se encontra fortemente presente nesta instituição, necessitando ser enfrentada por todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARACAJU. **Lei Orgânica do Município de 05 de abril de 1990**. Disponível em: <[http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/seplan/arquivos/lei\\_organica.pdf](http://www.aracaju.se.gov.br/userfiles/seplan/arquivos/lei_organica.pdf)>. Acesso em: 29 out. 2015.

ARACAJU. **Lei nº 3.963/2010** de 16 de Novembro de 2010. Lei Orgânica do Município de Aracaju, que traz a defesa pela livre orientação sexual dos sujeitos. Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/politicaeeconomia/ler.asp?id=123813>>. Acesso em: 03 Nov. 2015.

ARACAJU. **Lei nº 3.730/2009**, de 30 de Junho de 2009. Inclui no calendário cultural a parada GLBTT. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em 03 de Nov. 2015.

BARROSO, R. Lagarto “**Cidade ternura**”. Disponível em: <<http://lagartonet.com/historia/>> Acesso em: 20 de Abr. 2012.

BARROSO, R. Lagarto, Cidade Ternura. Disponível em: <<http://lagartense.com.br/7989/lagarto-cidade-ternura>> Acesso em 19 de Set. 2012.

BORRILLO, D. A homofobia. In: T. LIONÇO. D. DINIZ (org.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio** (pp. 15-46). Brasília: Letras: EDUNB, 2009.

BORRILLO, D. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Plano Nacional de Educação - PNE, **Lei nº 13.005**, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** (pp. 151-174). 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CHAGAS, A. **Dois anos após veto, MEC diz que ainda ‘analisa’ kit anti-homofobia**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/dois-anos-apos-vetomecdizqueain,62a3a67b302be310vgnvcm10000098cceb0arcrd.html>> Acesso em: 27 set. 2013.

CONSELHO, N. C. D. **Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

DIREITOS LGBT EM ARACAJU-SE. **PL Nº45/2009 - LEI CONTRA A HOMOFOBIA.** Disponível em: <<http://aracajugls.blogspot.com.br/2012/05/essa-semana-bastante-agitada-em-nossa.html>>. Acesso em: 26 set. 2015.

ESTATÍSTICAS, I. B. G. **Censo 2010 – Sergipe.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/total\\_populacao\\_sergipe.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_sergipe.pdf). Acesso em 19 de Set. 2015.

FIQUEIRÓ, M. N. D. Diversidade sexual: subsídios para a compreensão e mudança de atitudes. In: M, N, D, Figueiró. (org.) **Homossexualidade e educação sexual: Construindo o respeito a diversidade** (pp. 16-67). Londrina: UEL, 2007.

FONTES, I. P. **História do povoado Açuzinho.** Povoado Açuzinho: Escola Municipal Argentina, p. 1-2, 2006.

INSTITUTO. B.D.H.G. ASSOCIAÇÃO. L.F.B.C.V. **Legislação e jurisprudência LGBTTTT.** Brasília: Letras Livre, 2007.

KAMEL, L. PIMENTA, C: **Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber.** Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

LOURO, G. L.. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista** (2a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. 2. ed. (pp.07-34). In: LOURO, G. L. (Org.), **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OLIVEIRA, J. M. D. **Desejo, preconceito e morte assassinatos de LGBT em Sergipe - 1980 a 2010.** Paripiranga-BA: Clube de Autores, 2013.

PRADO, M. A. M e MACHADO, V. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade.** São Paulo: Cortez, 2008.

PRADO, M.A.M. e JUNQUEIRA, R. D. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: G. VENTURI. e V. BOKANY. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil** (pp. 51-71). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

RAMIRES, L: Homofobia na Escola: o olhar de um educador social do movimento LGBT. In: G. VENTURI e V. BOKANY. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil** (pp. 131-140). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

REPÚBLICA, P. **Plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais,** 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planolgbt.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2013.

REPÚBLICA, SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA. **Programa nacional de Direitos Humanos (PndH-3)** / rev. e atual. Brasília: SDH/Pr, 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>> Acesso em: 27 set. 2013.

RODRIGUES, C. S. **Homossexuais sofrem extorsões**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 2000.

SANTANA, A. M de. **Fragmentações e permanências gênero e diversidade na escola**. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/TEXT0%20ANABELA%20REVISTA%20EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em 18 de Set. 2015.

SANTIAGO, Y. **Diversidade**. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/diversidade/>> Acesso em: 30 jul. 2015.

SANTOS, C. M. **História e cultura de Lagarto – Sergipe**. Disponível em: <<http://historiaeculturadelagarto.blogspot.com.br/>>. Acesso em 19 de Set. 2015.

SERGIPE. **Constituição do Estado de Sergipe**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70454/SE-EC-41.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 set. 2013.

SERGIPE (estado). **Lei nº 6.431/2008** de 26 de Junho de 2008. Institui no Estado o dia de combate à homofobia. Disponível em: <<http://www.tjse.jus.br/biblioteca/index.php/leis-e-decretos/leis-ordinarias/1243-leis-ordinarias-de-2008>>. Acesso em 03 de Nov. 2015.

SOUZA, E. J. **Diversidade sexual e homofobia na escola**: as representações sociais de educadores/as da educação básica. (Dissertação) Mestrado em Psicologia Social –, São Cristóvão- Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2015, 241p.

SOUZA, E. J. SILVA, J. P. SANTOS, C: Homofobia no espaço escolar: um olhar docente. In: BRUNS, M. A. T, SANTOS, C. LEITE, A.R.V.S. **Violência, gênero e mídia nos horizontes da saúde e educação** (pp. 65-79). Curitiba: CRV,2015.

# APÊNDICES

## ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA DOCENTES

<b>Dados Sociodemográficos</b>	
Sexo: ( ) masculino, ( ) feminino	Idade: _____
1. Nível de Escolaridade: Superior Completo ( ) Curso: _____ Pós Graduação (Especialização) ( ) Curso: _____ Mestrado ( ) Curso: _____ Doutorado ( ) Curso: _____	
2. Religião: ( ) Católica, ( ) Evangélica ( ) Espírita ( ) Candomblé ( ) Ateu ( ) Agnóstico/a ( ) Outra, Qual? _____	
3. Experiência na área da Educação? _____	
4. Tempo de atuação profissional _____, Ano de Formação _____.	

## ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1) Durante seu período de formação acadêmica e profissional, você teve acesso a disciplinas ou cursos que trabalhavam temáticas como a homossexualidade, homofobia, e direitos LGBT?

Se sim, quais foram e como isto era exposto:

---



---

Se não, você considera isso importante? Por quê?

---



---

- 2) Você acredita que tal assunto (sexualidade, diversidade sexual, homofobia) é importante para a sua formação e/ou prática docente? Por quê?

---

---

3) A homossexualidade é uma opção? Condição? Orientação ou identidade afetiva-sexual? Por quê?

---

---

4) Você concorda com a conquista de alguns direitos LGBT, como adoção por casais homossexuais; união estável; utilização do nome social de travestis e transexuais; dentre outros? Por quê?

---

---

5) A homossexualidade, conforme seus conceitos pode ser classificada como:

( ) Doença                                      ( ) Pecado                                      ( ) Desvio de Conduta

( ) Expressão da diversidade sexual

( ) Conduta normal tal quanto à heterossexualidade

( ) Outros, Quais? \_\_\_\_\_

6) Como você se comporta ao presenciar cenas de afetos com casais homoafetivos em lugares públicos?

---

---

7) Quando um estudante LGBT procura você como educador/a informando que foi vítima de violência homofóbica, qual sua primeira impressão?

( ) analisar a veracidade dos fatos

( ) ouvir o usuário, sempre buscando orientá-lo de maneira aberta e consciente

( ) questioná-lo sobre os suas ações que poderiam ter sido os motivados de tal violência

( ) fazê-lo repensar sobre sua conduta homossexual, buscando induzi-lo a mudar de comportamento para evitar novas agressões.

( ) outro, qual? \_\_\_\_\_

8) Você acredita que os pais e mães devem estabelecer um diálogo com o/a filho/a caso descubram que é homossexual? Qual o papel da escola neste contexto?

---

---

9) Você concorda com aprovação de alguns direitos dos LGBT como adoção de crianças, união estável e utilização do nome social? Por quê?

---

---

10) Você, como educador/a, sente-se preparado para trabalhar em escolas com alunos/as e professores/as com identidades sexuais e de gênero destoantes do modelo heteronormativo? Explique por quê?

---

---

11) Você já presenciou alguma cena de violência homofóbica contra LGBT no ambiente escolar, como violência física, psicológica ou outras? Se sim, como você se comportou perante tal situação?

---

---

12) Você costuma abordar ou realizar discussões acerca da diversidade sexual e gênero em sala de aula? Caso a resposta seja sim (como?), caso não (por quê)?

---

---

13) Em sua opinião, como a escola deveria lidar com questões relacionadas à diversidade sexual (heterossexualidade, homossexualidade e outras)?

---

---

## **FOTOGRAFIAS DA ESCOLA MUNICIPAL ARGENTINA**

### **Fotografia 01 Entrada da Escola Municipal Argentina**



Fonte: Imagem fotografada pelo autor

### **Fotografia 02 Interior da escola (área de lazer e salas de aula)**



Fonte: Imagem fotografada pelo autor.

**Fotografia 03 Interior da escola (pátio e área de refeição)**



Fonte: Imagem fotografada pelo autor.

**Foto 04 Interior da escola (corredores e salas de aula)**



Fonte: Imagem fotografada pelo autor.